



Universidade Federal da Bahia  
Escola de Belas Artes  
Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais

## **Apontando caminhos para um projeto de design lugarizado:**

efeitos do deslocamento na experiência educacional  
de pós-graduandos

Jovita Bahia Navarro

Salvador  
2024

Jovita Bahia Navarro

**Apontando caminhos para um projeto de design  
lugarizado:**

efeitos do deslocamento na experiência educacional  
de pós-graduandos

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, na linha de Pesquisa: Arte e Design — Processos, Teoria e História, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Artes Visuais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lia Krucken

Salvador  
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bahia Navarro, Jovita

Apontando caminhos para um projeto de design  
lugarizado: efeitos do deslocamento na experiência  
educacional de pós-graduandos / Jovita Bahia Navarro. -  
- Salvador, 2024.  
131 f. : il

Orientador: Lia Krucken.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em  
Artes Visuais da Escola de Belas Artes, Universidade  
Federal da Bahia) -- Universidade Federal da Bahia,  
Escola de Belas Artes, 2024.

1. design. 2. território. 3. deslocamento. 4.  
educação. 5. lugaridade. I. Krucken, Lia. II. Título.

**JOVITA BAHIA NAVARRO**

**APONTANDO CAMINHOS PARA UM PROJETO DE DESIGN LUGARIZADO:**

EFEITOS DO DESLOCAMENTO NA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL  
DE PÓS-GRADUANDOS

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Artes Visuais, pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

Banca examinadora:



Lia Krucken Pereira – Orientadora

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina  
Escola de Belas Artes/Universidade Federal da Bahia



Carla Paoliello

Doutora em Design pela Faculdade de Belas-artes da Universidade de Lisboa



Fernanda Martins

Doutora em Design pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Escola Superior de Desenho Industrial Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Salvador, 09 de Abril de 2024

Aos meus pais, Maria Alice e Antônio  
Carlos, por darem grande valor ao que me  
faz sentir profundo, por amarem o meu vir  
sendo e confiarem no meu intuir.

## Agradecimentos

A minha rede de apoio, por ser amparo e movimento, em especial Larissa Lorena, Thai Chaves, Bernardo Machado e Juliana Cruz; e ao meu companheiro de vida, Lucas de Araújo.

À professora doutora Lia Krucken, minha orientadora, por me acompanhar neste percurso de tantas mudanças e aprendizagem. Às demais queridas mulheres que também compõem a banca de avaliação deste trabalho, as professoras doutoras Carla Paoliello e Fernanda Martins, pela leitura dedicada, contribuições cuidadosas e por fazerem desse encontro de múltiplos lugares uma experiência próxima e potente.

Às professoras doutoras Ines Linke e Lia Krucken, pela mediação cuidadosa e colaborativa do componente curricular "Tópicos Especiais: O Averso da Página", do qual participei em 2022, proporcionando encontros de corpos-lugares, vivências de uma metodologia modelada coletivamente, escutas cruzadas, respeito pelo processo por meio de um saber coletivo e horizontal, que resultaram em projetos singulares e feitos a muitas mãos. Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia por ser um lugar que conflui diálogos e encontros transformadores.

Aos meus colegas e pesquisadores migrantes que participaram das conversas colaborativas, pela partilha, confiança e generosidade: escutar vocês foi o coração desta pesquisa e foi uma experiência transformadora, em especial Rafael Amorim, Wilton de Oliveira, Iara Sales, Matheus de Simone e Natalia Rodrigues, que caminharam mais um trecho comigo na co-construção deste estudo.

À professora doutora Jamille Payayá, por me inspirar a olhar para essa escrita da terra de forma responsável, ancestral, zelosa e poética.

A Lenita Navarro, Margarida Navarro, Durcilene Nunes e Maria do Socorro, por serem casa e acolhimento nas minhas idas e vindas entre Salvador e Curitiba.

Aos pesquisadores que me antecederam, por abrirem caminhos para a construção de conhecimento a partir de reflexões importantes na área do design e da geografia, sobretudo os autores do sul global, nacionais; às autoras mulheres e aos autores indígenas e quilombolas, por me permitiram aprender outros modos de viver, conhecer, partilhar e imaginar.

Aos Lugares deste tempo, que me deslocaram e me inspiraram.

A Deus, pelo cuidado nos detalhes e pelos diálogos caóticos, sinceros e ordinários.

## Resumo

A presente pesquisa fundamenta-se em importantes transformações na área do design, como: a ampliação do foco do projeto para uma perspectiva sistêmica; a socialização da atividade projetual em direção a metodologias colaborativas; e o debate sobre a decolonialidade do design – todas abriram espaço para novas discussões que consideram a perspectiva do território. Este trabalho consiste em uma pesquisa investigativa sobre as contribuições de uma atividade projetual de design lugarizada, especialmente, no serviço de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia (PPGAV-UFBA).

Para tanto, serão analisados o conceito de *geograficidade* (DARDEL, 2011) e como este compreende a relação indissociável homem-terra; a ampliação da concepção de território e sua relação com a globalização; e as discussões entre os conceitos de lugar e *lugaridade*, enquanto modo de ser e viver, que relaciona “espaços, lugares e entes em ato” (MARANDOLA, 2020). A partir dessas análises, pretende-se refletir sobre a relação entre design e território e discutir como o campo geográfico participa da atividade projetual de design, sobretudo o colaborativo.

A metodologia utilizada consiste em uma revisão bibliográfica sobre os temas mencionados e um estudo de caso realizado com estudantes migrantes, integrantes do Programa de Pós-Graduação, em uma abordagem teórico-prática, por meio de pesquisa qualitativa e ações colaborativas. Tal escuta pretende compreender quais os efeitos do deslocamento no processo de aprendizagem e rotina desses alunos, suas relações com os territórios de origem e destino, e os desdobramentos desse trânsito nas respectivas produções acadêmicas.

Pretende-se com isso averiguar os efeitos do deslocamento na experiência educacional de pós-graduandos a fim de apontar caminhos para um projeto de design *lugarizado* que possam fundamentar o desenvolvimento futuro de soluções que atendam às demandas desses estudantes migrantes, entendendo como coletiva a missão de construir um serviço educacional de pós-graduação mais acessível e democrático.

**Palavras-chave: Design; Território; Deslocamento; Lugaridade; Educação.**

## Abstract

The present research is based on important transformations in the area of design, such as: the expansion of the project focus to a systemic perspective; the socialization of the project activity towards collaborative methodology; and the debate about the decoloniality of design – all opened space for new discussions that consider the perspective of territory. This work consists of investigative research about the contribution of a projectual activity of localized design, especially in the postgraduate service in Visual Arts at the Federal University of Bahia (PPGAV-UFBA).

To this end, the concept of geographicity will be analyzed, as well as how it comprehends the indissociable relationship between man and land; the expansion of the concept of territory and its relationship with the globalization; and the discussions between the concepts of place and placeness, while a way of being and living, which relates “spaces, places and entities in act” (MARANDOLA, 2020). Based on these analyses, we intend to reflect on the relationship between design and territory and discuss how the geographic field participates in the projectual design activity, especially the collaborative.

The methodology used consists in a bibliographical review on the topics mentioned and a case study carried out with migrant students, members of the Postgraduate Program, in a theoretical-practical approach, through qualitative research and collaborative actions. Such listening intends to comprehend the effects of the displacement on the learning process and routine of these students, their relationship with the territories of origin and destination, and the consequences of this transit in their respective academic productions.

The objective is to investigate the effects of displacement on the educational experience of postgraduate students in order to point out ways for a localized design project that can support the future development of solutions that meet the demands of these migrant students, understanding as collective the mission of building a more accessible and democratic postgraduate educational service.

**Keywords: Design, Territory, Displacement, Placeness, Education.**

# Sumário

Introdução	11
Capítulo 1	
Transformações importantes no modo de pensar e fazer design	20
1.1. Design em direção a problemas complexos e por uma perspectiva sistêmica	21
1.2. O design enquanto atividade projetual coletiva	31
1.3. Compreendendo a colonialidade no design	38
Capítulo 2	
O território no pensar e fazer design	48
2.1. O projeto de design e o território	49
2.2. Discussões sobre a inclusão do território no projeto de design	57
2.3. Pensando o território como âmbito do projeto de design	60
2.4. Ampliando o diálogo entre o território e o design	62
Capítulo 3	
Um diálogo entre design e “geo-grafia”	68
3.1. <i>Geograficidade, lugaridade</i> e uma geografia mais que extensiva	72
3.2. Como o campo geográfico participa do pensar e do fazer design?	77
3.3. Construindo um diálogo entre design e <i>lugaridade</i>	83
Capítulo 4	
Método e Estudo de caso	87
4.1. Apresentação da metodologia	88
4.2. Estudo de caso: reflexões colaborativas com alunos do PPGAV sobre os efeitos do deslocamento na experiência educacional	89
4.3. Análise e considerações	99
4.3.1 Deslocamento e experiência de aprendizagem	103
4.3.2 Deslocamento e produção	107
Capítulo 5	
Apontando caminhos para um projeto de design lugarizado	117
5.1. Análise e discussões	118
5.2. Considerações finais	125
Referências	130

Eu não sou nem Pernambuco nem  
Bahia, e entre Pernambuco e Bahia  
tem tanta coisa, que tem até Kung fu.

Iara Sales

## Introdução

O trabalho consiste em uma pesquisa investigativa sobre as contribuições da inclusão do campo geográfico no modo de pensar e fazer design. O interesse pelo tema de estudo se deu, inicialmente, a partir da aproximação desta pesquisadora com a experiência de educação em trânsito, vivenciada por alunos campesinos da comunidade de Jabuticaba/Jacobina (BA), que precisavam se deslocar diariamente até a cidade para estudar. Esse interesse foi atravessado pela experiência pessoal de aprendizagem em trânsito durante o mestrado e o desenvolvimento deste estudo, no contexto da pandemia de Covid-19, em meio ao constante deslocamento entre Jacobina e Salvador, além dos diversos lares, bibliotecas, ambientes e percursos com os quais foi preciso vincular-se nesse período e, posteriormente, a mudança para Curitiba (PR), ainda com o mestrado em curso. A partir dessas vivências e seus desafios, a perspectiva geográfica ganhou, na rotina diária, muitos desdobramentos e trouxe à tona a necessidade de pensar o impacto do território e do lugar no âmbito do projeto de design colaborativo, tendo como ponto de partida o serviço de educação para alunos migrantes do seu território de origem, considerando-se o vínculo existente na relação homem-terra, a partir de perspectiva geográfica humanista e fenomenológica.

Desta forma, observa-se a importância da aproximação dos debates que pensam essa “grafia da terra” de modo integrado à existência humana, sua *geograficidade* (DARDEL, 2011), e seus desdobramentos na concepção de território e de lugar, indo além de sua classificação enquanto substantivo, caminhando, antes, em direção a uma reflexão sobre *lugaridade* enquanto advérbio, modo de ser e viver (MARANDOLA, 2020). Sendo assim, faz-se necessário questionar se há como falar de pensamento de design centrado no ser humano – movimento para o qual tem caminhado o design nos últimos anos – sem, contudo, considerá-lo juntamente às questões territoriais, em seus diferentes contextos. Pretende-se analisar também em que medida essa

falta de abordagem corrobora com a manutenção de regências colonizadoras que atuam historicamente na teoria e prática de um design eurocêntrico, pautado na ideia de modernidade e que tem como foco um sujeito global de lugar nenhum.

Isso não implica uma negação das contribuições advindas do processo de globalização na economia, na cultura e em outras de suas diversas vertentes, e não resulta, simplesmente, na homogeneização: antes, a globalização das relações sociais pode ser percebida também como uma outra fonte de reprodução do desenvolvimento geográfico divergente e, assim, da singularidade do lugar, uma vez que a especificidade do lugar estaria vinculada à percepção deste como o centro de uma mistura distinta de relações sociais mais amplas com as mais locais e que podem produzir efeitos diferentes em lugares diferentes. Nessa perspectiva, Massey defende a necessidade de um sentido global do local, de uma consciência global do lugar (Massey, 2000).

Porém, ao refletir sobre uma relação projetual de design que se relaciona com um sujeito global de lugar nenhum, pretende-se destacar o risco também inerente ao processo globalizante da continuidade de uma narrativa unilateral e da sustentação da ideia de um pensamento universal, tolhendo a multiplicidade que há nos lugares de encontro, a coerência de produzir e partilhar conhecimento a partir de diferentes realidades e perspectivas, e a potência de pensar soluções que sejam plurais inclusive pela diferença que é fruto da vinculação de corpos e saberes aos seus lugares de enunciação.

O estudo em questão parte, primeiramente, de um breve apanhado sobre três importantes transformações que a prática profissional do design vem passando: a ampliação do foco do projeto em direção à solução de problemas complexos e de natureza sistêmica; a socialização da atividade projetual; e as discussões sobre a não neutralidade política do pensamento e da prática do

design. Na sequência, no segundo capítulo, tem-se um breve levantamento sobre onde tem estado o território no pensar e fazer design e o que os teóricos do design têm dito sobre a relação design e território.

O capítulo seguinte é um convite a um diálogo entre o design e os estudos territoriais. Muito além de considerar o território como parte essencial do processo colaborativo de design, faz-se necessário avaliar qual a percepção adotada para tal análise. Dentre as importantes contribuições da geografia para o presente estudo, por meio de uma perspectiva humanista e fenomenológica, está o conceito de geograficidade, proposto por Eric Dardel. Um pensamento sobre a dimensão espacial da existência; a compreensão de uma geografia que vai além da dicotomia que separa homem-terra, antes, uma cumplicidade no ser, um elo fundamental da experiência humana sobre a terra, um “vínculo irremediável, irremissível da realidade geográfica” (DARDEL, 2011), uma geografia não generalista e mais que extensiva (MARANDOLA, 2020).

Diante desse entendimento, os estudos territoriais e reflexões sobre as concepções de território e lugar são de grande importância para nutrir esse movimento do design em direção a pensar como o campo geográfico participa do projeto de design, sobretudo por meio de metodologias colaborativas, considerando não apenas os aspectos territoriais extensivos ou os recursos materiais, mas, antes, as diversas significações, fricções e vínculos ali existentes. Por fim, o capítulo discorre sobre a relação entre uma atividade projetual colaborativa de design e a escuta entrelaçada entre pessoas, território e lugar.

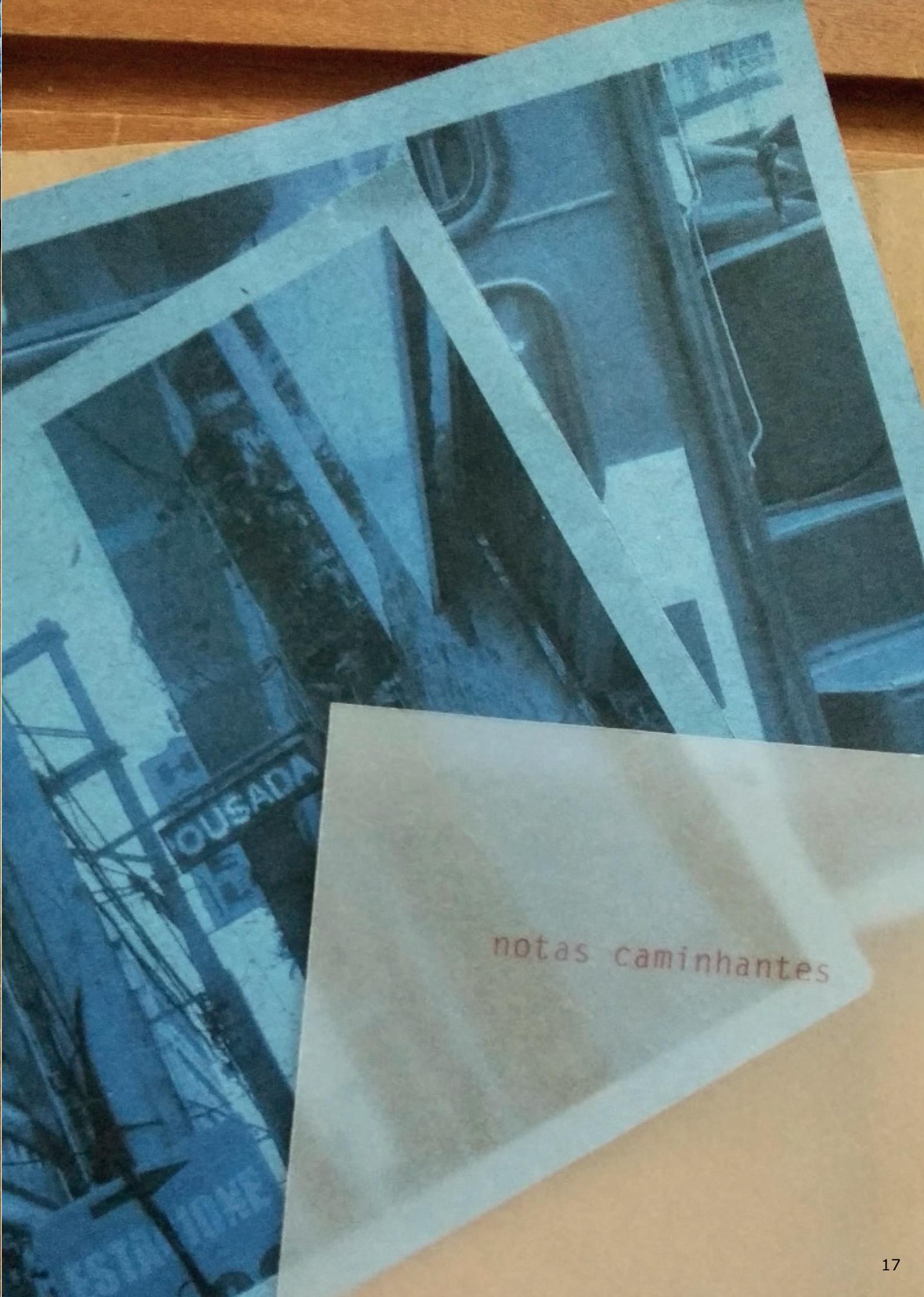
O quarto capítulo trata do estudo de caso desenvolvido com alunos do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia (PPGAV-UFBA) que precisaram se deslocar de seus territórios para frequentar as aulas. Pretende-se compreender, através de entrevistas

semiestruturadas e ações colaborativas, qual o impacto do deslocamento nessas experiências de aprendizagem em trânsito, quais meios e recursos foram necessários para lidar com as demandas específicas desses estudantes migrantes, além da identificação das principais dificuldades e benefícios em meio à condição de trânsito, comunicadas pelos mesmos.

Por fim, a partir dessa imersão investigativa, junto às revisões bibliográficas, pretende-se apresentar no capítulo de fechamento as considerações e reflexões sobre os efeitos do deslocamento na experiência educacional de pós-graduandos a partir das análises em campo e indicar caminhos para um projeto de design lugarizado, a fim de fornecer uma base para futuros desdobramentos desta pesquisa no desenvolvimento colaborativo de ações de aprimoramento do serviço educacional de pós-graduação de modo que este atenda às demandas desses estudantes migrantes, pensando e fazendo design para e com pessoas-territórios.

a pegada nunca é a mesma





notas caminhantes

POEMAS D  
S QUE  
E PASSAM

LAR. CACA DE SOM

PULSE ADOR

ARREGADOR

AR. REGADOR

SUPORTE

Lept 11.10.2022 18:01



PIRAO CAFE E AIPIM

Lept 11.10.2022 18:29

a gente

se frequenta.

(Rafá.A)



# Capítulo 1 |

Transformações importantes no  
modo de pensar e fazer design

O exercício reflexivo sobre o pensamento e a prática do design é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma autocrítica, para uma revisão histórica e a construção de novas perspectivas. Sobre o pensar design: é necessário questionar as bases, atentar para os motivos, vínculos e valores que nos movem enquanto designers projetistas, seres humanos e demais desdobramentos imbricados em nossa existência individual e coletiva.

Sobre o fazer design: faz-se necessário considerar os contextos e avaliar o modo como se projeta, considerando-se todas as etapas envolvidas; diligenciar o projeto e o que ele aciona no mundo. O design vem passando por importantes transformações que possibilitaram abertura para a discussão aqui proposta sobre a participação do campo geográfico no pensar e fazer design. Trataremos aqui de três dessas mudanças: a natureza dos problemas tratados como demandas de design, a socialização do processo de desenvolvimento do projeto e a confrontação sobre a colonialidade no design.

### 1.1. Design em direção a problemas complexos e por uma perspectiva sistêmica

A participação do design frente aos problemas complexos da sociedade contemporânea é um tema tratado por diversos autores e tem como cenário pautas urgentes que exigem não apenas repensar todas as etapas do projeto como também sua transversalidade e necessidade de cooperação com outras áreas de conhecimento.

Partiremos inicialmente de um questionamento: o que o design projeta? Ao pensarmos a história do design, é inevitável pontuarmos o nascimento dessa atividade profissional associada ao mundo industrial – o surgimento do sistema fabril entre meados do século 18 e fins do século 19, em grande parte da Europa e Estados Unidos –, bem como o aumento da oferta de bens de consumo, juntamente com a queda do seu custo, as mudanças de organização, tecnologias produtivas, transporte e distribuição,

e, conseqüentemente, o aumento do consumo. Um dos efeitos de tais mudanças seria um suposto declínio da qualidade e beleza dos produtos, havendo a designação de profissionais dedicados a “conformar a estrutura e a aparência de artefactos” para torná-los mais atraentes e eficientes, alguns já chamados de designers (CARDOSO, 2016).

A partir desse recorte, poderia-se considerar como resposta ao questionamento inicial que o design projeta produtos funcionais e com boa aparência, ou, ainda, que projeta resultados para a indústria por meio da diferenciação da produção frente aos concorrentes em um posicionamento de estímulo ao consumo.

Outra resposta possível está associada à popularização do argumento “a forma segue a função”, descendente do arquiteto Louis Sullivan (por volta de 1930) e a ideia de que a essência da atividade projetual de design estaria ligada ao cuidado da “forma” e “função” daquilo que se projeta. Tal máxima foi questionada internacionalmente na década de 1960, em paralelo aos movimentos de contracultura e, no Brasil, perdurou predominantemente até a década de 1980 (CARDOSO, 2016).

Diante da missão de alinhar objeto e propósito que, segundo Cardoso (2016), hoje continua presente entre os designers sob o argumento de “funcionalidade”. Tem-se então um segundo questionamento: para que o design projeta? Cardoso (2016) chama a atenção para o fato de que muitos propósitos foram modificados desde a década de 1960, fruto de mudanças diversas como o modelo produtivo – migrando da produção em massa, volumosa e padronizada para a produção flexível, segmentada e buscando diferenciação; no âmbito político, da polarização mundial entre direita e esquerda – democracia liberal acuada pelo comunismo soviético – à dominação do liberalismo econômico globalizado, além do surgimento da

internet, da cultura digital e de pautas que ganharam maior notoriedade, como a responsabilidade ambiental (CARDOSO, 2016).

Tais mudanças chamam a atenção não apenas para a necessidade da consciência e revisão do propósito pelo qual se projeta, como também denunciam um longo afastamento histórico da atividade do designer, enquanto projetista, da múltipla e complexa realidade onde está inserido e de onde projeta. A obra *Design for the real world*, do designer austro-americano Victor Papanek, publicada em 1971, ganhou notoriedade ao problematizar a discussão entre design e alguns pressupostos consagrados *versus* a carência de foco nas necessidades reais e humanas. Como descreve Cardoso, no livro *Design para um mundo complexo*, em que se propõe a dar seguimento às discussões propostas por Papanek, porém, na configuração da sociedade contemporânea: “Ao acusar a ausência de valores humanos no dogma modernista, o profético Papanek substituiu ‘função social’ por ‘funcionalidade’ como centro do seu pensamento sobre design” (CARDOSO, 2016, p.19).

Considerando as questões a respeito do que o designer projeta e com qual intuito, as provocações sobre o ideal de adequação ao propósito e, diante das mudanças e problemas de um mundo real e complexo, pode-se perceber que o motivo e o resultado da atividade projetual de design relacionam-se com o nível de entendimento e envolvimento do designer com o contexto e a sociedade da qual faz parte e a quem serve. Bonsiepe (2011) nos lembra, porém, que assim como uma sociedade é afligida por contradições, assim também o design é marcado por tais dilemas e complementa: “Projetar significa expor-se e viver com paradoxos e contradições, mas nunca camuflá-los sob um manto harmonizador. O ato de projetar deve assumir e desvendar essas contradições” (BONSIEPE, 2011, p.25). Projetar é, antes de tudo, envolver-se com a realidade que motiva o projeto e seus desafios sem encobri-los, pelo contrário, buscando compreendê-los.

Em meio a tantos questionamentos sobre o que de fato seria uma demanda de design, pode-se perceber uma ampliação do foco projetual em direção a uma perspectiva sistêmica. A pesquisadora Lia Krucken anuncia a ampliação da perspectiva projetual e pontua alguns desafios, como o desenvolvimento de soluções que respondam a questões altamente complexas, requerendo uma visão ampliada do projeto, envolvendo diversos fatores como produtos, serviços, comunicação etc., atuando de modo integrado e sustentável (KRUCKEN, 2008). O que seriam então tais questões complexas que hoje caracterizam o escopo de trabalho do designer? Cardoso alerta para a diversidade de definições sobre o conceito de complexidade, considerando como fator comum entre elas a vinculação da complexidade de um sistema com o nível de dificuldade de previsão das inter-relações potenciais entre suas partes, adotando o entendimento sobre complexidade enquanto “um sistema composto de muitos elementos, camadas e estruturas, cujas inter-relações condicionam e redefinem continuamente o funcionamento do todo” (CARDOSO, 2016, p.25).

Chama a atenção no conceito de complexidade trazido por Cardoso o impacto contínuo causado pelas inter-relações entre as partes de um determinado sistema e o seu todo, não apenas condicionando-o, como também redefinindo-o. O fato dessas interferências que acontecem entre as diversas camadas de um sistema complexo serem contínuas traz a compreensão de que nada está dado em uma atividade projetual demandada por um problema complexo e, portanto, requer flexibilidade diante da mutabilidade inerente ao curso desse tipo de projeto. Trata-se de uma atividade projetual ativa onde não se pode prever de antemão qual o melhor caminho e muito menos vislumbrar possíveis soluções sem imergir no desenvolvimento do projeto, partindo primeiro de um envolvimento com o seu contexto, pessoas e tudo aquilo que só se sabe como imprescindível à medida que se conhece com aproximação.

Do mesmo modo, ao se pensar uma demanda de design como sendo de natureza complexa, considera-se que esta requererá uma abordagem metodológica ampliada que possibilite a capilaridade necessária para conectar os pontos essenciais de determinado projeto, de modo articulado, uma dinâmica não alcançada, por exemplo, em uma estrutura linear de pensamento e prática.

O modo linear de desenvolvimento de projetos de design, de modo geral, divide o processo em duas fases, uma relacionada à definição do problema e outra à solução do problema. Sendo a primeira etapa uma sequência analítica onde são determinados os elementos do problema em que se especifica os requisitos para uma solução bem-sucedida, e a segunda etapa, uma sequência sintética em que se combina de forma equilibrada os requisitos, tendo como resultado um plano final a ser produzido. Esse modelo, porém, sofreu diversas críticas, uma vez que nem a realidade do pensamento de design, de tomadas de decisão e nem os problemas abordados pelos designers ocorre em um processo linear simples ou podem ser tratados na realidade prática por meio de nenhuma síntese linear já proposta (BUCHANAN, 1992).

Se a dinâmica do projeto é indeterminada devido à sua transversalidade, podendo envolver fatores de diversas áreas de conhecimento, se é necessário assumir e compreender os conflitos e paradoxos que certamente se apresentarão inerentes aos problemas de natureza complexa que a sociedade demanda, como esperar que a metodologia do projeto seja pautada em definir o problema a partir de requisitos e depois propor uma solução que melhor equalize tais requisitos, para então produzi-la?

Como contraponto ao modelo linear adotado no processo de design por alguns designers e teóricos, Host Rittel cunhou a abordagem dos *wicked problems* na década de 1960. Segundo essa abordagem, a maioria dos

problemas tratados pelos designers são os chamados “wicked problems” – “problemas perversos”, em tradução livre –, caracterizados como uma classe de problemas do sistema social mal formulados, cujas informações e ramificações são confusas e que envolvem muitos clientes e tomadores de decisões com valores conflitantes. A partir dessa definição, Buchanan destaca uma questão fundamental associada ao âmbito prático: a relação entre determinação e indeterminação no *design thinking*<sup>1</sup>, onde indeterminação implica a não existência de condições ou limites definitivos para problemas de design. Diferente do modelo linear, baseado em problemas determinados com condições definidas, a abordagem dos wicked problems sugere que existe uma indeterminação fundamental em todos os problemas de design, exceto os mais triviais, nos quais, a “perversidade” já foi retirada para produzir problemas analíticos determinados (BUCHANAN, 1992). Sendo assim, até os problemas aparentemente determinados escondem neles certo grau de complexidade e indeterminação, se analisados profundamente em seu contexto e desdobramentos.

Buchanan concentra o debate em um questionamento básico que antecede a caracterização desse tipo de problema: por que os problemas de design são indeterminados e, portanto, perversos? A resposta a essa questão está na natureza peculiar do que se considera o “objeto” de design. Consiste no fato do escopo do assunto tratado pelo designer ser potencialmente universal – uma vez que o modo de pensar do design aplica-se a qualquer área da experiência humana –, e trata como tarefa do designer identificar o assunto específico a partir dos problemas e questões conforme as particularidades das circunstâncias em estudo, ou seja, a concepção do “objeto de design” ocorre em dois níveis, um geral e um particular (BUCHANAN, 1992).

---

<sup>1</sup> Segundo Tim Brown, “o Design Thinking é uma abordagem centrada no ser humano para a inovação, que se baseia no conjunto de ferramentas do designer para integrar as necessidades das pessoas, as possibilidades da tecnologia e os requisitos para o sucesso do negócio” (IDEO, 2024, tradução nossa). Contudo, o que Buchanan (1992) destaca nesse trecho são os aspectos importantes relacionados à modificação do pensamento de design, envolvidos nessas novas abordagens e que os diferencia de um modo linear de projetar. Disponível em <https://designthinking.ideo.com/>.

---

A partir dessa perspectiva percebe-se que o tipo de problema endereçado aos designers, tratado por Rittel como um tipo de problema sem formulação ou solução definitiva, de caráter sistêmico e, como sugere Buchanan, essencialmente indeterminado, demonstra que a discussão proposta por ambos compõem um debate que migra o foco no resultado do projeto, de uma proposta de solução e sua produção para uma reflexão sobre o tipo de problema que mobiliza a atividade projetual e as formas de raciocínio e metodologias empregadas no processo, que nessa abordagem é sempre único e desafiador devido à interconexão entre os fatores implicados, a ampliação de perspectiva, atuando o design como uma disciplina integrativa entre diversas áreas de conhecimento, e a não previsibilidade ao longo do processo, que demanda do designer o delineamento do real problema projetual reconhecido a partir da imersão e da articulação ativa durante o pensar e o fazer do projeto de design, e não previamente a ele.

Essa atenção dada à importância das questões projetuais vinculou-se à necessidade de novas abordagens metodológicas que viabilizem outras formas efetivas de trabalho, indo além de uma estrutura linear. Buchanan (1992), ao discorrer sobre a abordagem dos *wicked problems* no *design thinking*, destaca algumas formas de raciocínio empregadas no processo projetual e trata o *design thinking*, enquanto pensamento de design, como uma abordagem que permite o posicionamento e o reposicionamento dos problemas e questões em análise, permitindo ao designer moldar intuitiva ou propositalmente uma situação projetual, reconhecendo os pontos de vista de todos os participantes, as questões que os ocupam e elaborando uma hipótese de trabalho a ser investigada e desenvolvida (BUCHANAN, 1992).

Apesar de ser atribuída com frequência a criação do termo “design thinking” à IDEO, empresa global de consultoria de design e inovação, fundada nos Estados Unidos e pioneira na aplicação dessa abordagem, a mesma não assume tal autoria, reconhecendo sua fama pela prática de tal abordagem desde 1978.

Segundo a IDEO, adotaram a expressão “design thinking” para descrever os elementos da prática que consideram mais compreensíveis e ensináveis – empatia, otimismo, iteração, confiança criativa, experimentação e uma aceitação da ambiguidade e do fracasso. Quanto à autoria e legado do chamado “design thinking”, a própria IDEO considera, enquanto mentalidade e metodologia, o design thinking como relativamente jovem, contudo, o método científico persistiu ao longo de séculos de rigorosa investigação. A adoção ampla do design thinking não apenas é recente como, também, na maioria dos casos ainda é associada a “um conjunto de heurísticas para orientar a colaboração baseada em equipe” (IDEO, 2024, tradução nossa).

Entretanto, a empresa explica a essência dessa prática como uma resposta ao questionamento sobre qual é a contribuição do design para o mundo moderno, e complementa:

O designer e acadêmico Richard Buchanan enquadrou este desafio contínuo para o design thinking em 1992 através da noção de “Wicked Problems”, embora os acadêmicos rastreiem o termo já em 1935, com John Dewey e a fusão de princípios estéticos e de engenharia para uma nova era. Buchanan baseou-se no desafio do teórico Horst Rittel aos designers no início dos anos 1970 para passarem da resolução de problemas simples para “Wicked Problems” – problemas que são complexos, abertos e ambíguos. Estes são problemas que não se prestam a julgamentos fáceis de “certo” ou “errado”. (IDEO,2024, tradução nossa)

Nessa perspectiva, a hipótese de trabalho é o que levará a uma solução específica, o que Buchanan (1992) trata como o “princípio de relevância”, que orienta os esforços dos designers para reunir todo o conhecimento disponível que influencie o planejamento final da solução proposta.

Portanto, projetar possíveis soluções que respondam a problemas complexos e por meio de uma perspectiva sistêmica demonstra uma mudança essencial tanto no ato de projetar quanto nas competências requeridas ao projetista de design, afastando-o da tarefa individual de encontrar uma brilhante ideia autoral para uma demanda pontual descrita em um *briefing* e que lhe renderá um exímio portfólio. Muda-se a consciência sobre a natureza e densidade dos problemas aos quais o design precisa responder e conseqüentemente isso deveria impactar os motivos e meios pelos quais se projeta.

Cardoso destaca como a principal lição, compreendida na prática dos designers brasileiros nos últimos vinte anos, que:

não existem receitas formais capazes de equacionar os desafios da atualidade. Não são determinados esquemas de cores de fontes, proporções e diagramas, e muito menos encantações como 'a forma segue a função' que resolverão os imensos desafios do mundo complexo em que estamos inseridos. (CARDOSO, 2016, p.41)

Se não há uma fórmula certa capaz de equacionar os desafios da atualidade, tem-se então um terceiro questionamento: para quem o design projeta? Como provocado por Papanek e lembrado por Cardoso, é imprescindível a necessidade de projetar de maneira crítica, responsável e contextualizada. Tal importância envolve tanto a consciência da realidade histórica e contemporânea, como, também, diferentes epistemologias e diferentes realidades e relações geográficas – inclusive diferentes Brasis.

Aloísio Magalhães, em seu discurso *O que o desenho industrial pode fazer pelo país*, proferido em 1977, no evento de comemoração dos quinze anos da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), destacou a necessidade de reconceituação da natureza dessa atividade, que teve sua origem associada a soluções de problemas vinculados à relação tecnologia/usuários em contextos considerados desenvolvidos e à relação produto/usuário nas sociedades de consumo. Outros pontos a serem revisados, segundo Magalhães, eram os

conceitos de desenvolvimento socioeconômico e a própria noção de desenvolvimento (revisada por organizações mundiais<sup>2</sup> e ampliada para além dos fatores econômicos, passando a envolver fatores sociais e a compreensão do todo cultural). Além disso, ainda é necessário considerar as relações entre países de economia centralizadora e economia periférica (MAGALHÃES, 2011).

Outro aspecto levantado é a desigualdade no processo de desenvolvimento, que requer posicionamentos diversos e a responsabilidade de diminuir as desigualdades contrastantes entre pequenas áreas “concentradoras de beneficiamentos” e grandes áreas com diversas carências. Magalhães ressalta: “Transitamos num espectro amplo de diversidade de saberes e de situações muito distanciadas.” (MAGALHÃES, 2011, p.12).

Portanto, como destaca Magalhães (2011), faz-se necessário descolar a atividade projetual de design da ideia inicial dessa atividade profissional direcionada a um perfil definido de público, com hábitos vinculados ao consumo, focados em cenários com supostos recursos tecnológicos, rever o conceito de desenvolvimento almejado e ainda perceber mesmo dentro dos limites territoriais nacionais a pluralidade de vivências e contrastes socioeconômicos e culturais que exigem posicionamentos direcionados.

Cardoso (2011) resume sua análise do cenário atual considerando boas perspectivas devido aos enormes desafios e ao grande volume de trabalho a ser feito. Ele destaca dois passos importantes nessa tarefa: primeiro, abdicar da ideia de que os problemas são simples – tendo como princípio metodológico básico a compreensão analítica profunda do problema antes de propor solução –, e segundo, abdicar da ideia de que os problemas são insolúveis. Para Cardoso, um dos benefícios de reconhecer a complexidade do mundo está em perceber a interdependência entre as partes. Os movimentos

---

<sup>2</sup> Organizações exemplificadas por Magalhães em seu discurso: Clube de Roma, criação do Fundo Internacional de Cultura pela UNESCO, recomendações do Sínodo do Vaticano por meio do documento “Justiça no Mundo”.

de transformação são fruto da conjunção de várias ações e incapaz de ser realizado individualmente por qualquer uma delas. Em resumo, “a crescente complexidade dos problemas demanda soluções coletivas” (CARDOSO, 2011, p.43).

Como nos lembra Aloísio Magalhães, o Brasil é toda diversidade que o constitui, essas diversas realidades que abriga só podem ser cuidadas a partir de um olhar *lugarizado* e de uma escuta com o corpo todo e com todos os corpos e territórios envolvidos. Talvez as perspectivas não sejam tão boas para todas as realidades experienciadas, como diz Cardoso, mas a não simplificação frente à gravidade dos problemas, e a busca dedicada em compreender cada um deles a partir de um envolvimento coletivo, pode ser um caminho para novas soluções. Podem não configurar soluções definitivas mas podem ser prenúncio de outros modos de saber e de fazer design, de rever a atenção dada primeiramente às perguntas de projeto, de nutrir a atenção para conhecer os problemas legítimos em um desafio que envolve a partilha das decisões e a riqueza de alcançar mais do que resultados, antes, da possibilidade de trabalhar a partir de mudanças efetivas e de novas perspectivas de futuro.

## 1.2. O design enquanto atividade projetual coletiva

Em contraposição a um processo de design individualizado na figura do designer, tem-se percebido um movimento de articulação de metodologias colaborativas que reconhecem na multidisciplinaridade do design sua capacidade de mediar diálogos entre diferentes saberes. Isso pode ser visto, por exemplo, em projetos de serviços e em ramos do design voltados para inovação social.

O termo inovação social diz respeito a mudanças no modo como indivíduos ou comunidades agem para resolver seus problemas ou criar novas oportunidades e são mais orientadas por mudanças de comportamento do que por mudanças tecnológicas ou de mercado (MANZINI, 2008, p. 61). Surge no contexto mundial e nacional como uma forma diferente de lidar com as necessidades e carências da grande parcela da população esquecida e negligenciada pelos sistemas e nações. Nasce de um olhar cuidadoso e inclusivo e de uma preocupação maior com o meio ambiente. Diante disso, abriga valores que diferem da estrita inovação tecnológica focada em alimentar a indústria de consumo sustentada por um modelo de vendas e margens de lucros. De outra maneira, a tecnologia, no caso da inovação social, deve ser utilizada para o beneficiamento e acesso de todos os indivíduos. Pode-se citar alguns princípios presentes na inovação social, como o desenvolvimento sustentável; a visão holística e sistêmica do planeta; a política inclusiva, em que a inserção nas sociedades de pessoas e outras formas de vida se tornem o foco primordial dos benefícios econômicos, científicos e tecnológicos (AMILTON, 2017).

Para tanto, além de uma percepção do design que considere a complexidade dos problemas que se propõe a responder e sua natureza sistêmica, faz-se necessário o uso de metodologias, ferramentas e processos que suportem novas formas de diálogos e de atuação. Souza (2021) destaca, por exemplo, a necessidade de mudança de abordagens de design para inovação social visando metodologias e diretrizes projetuais que contemplem as demandas de bem-estar das comunidades envolvidas. Para isso, seria necessária a adaptação dos métodos projetuais e tomadas de decisão que possam ir além do repertório individual do designer, se afastando de uma perspectiva unilateral que tem como base valores mercadológicos, tendo em vista que a premissa dos processos de inovação social seja sua viabilização por meio de ações colaborativas nas quais a

compreensão dos problemas e o desenvolvimento de soluções se dão por meio de saberes coletivos (SOUZA, 2021).

Destacamos aqui brevemente algumas propostas de mudança de abordagens práticas, elencadas por Souza (2021), como: o *design centrado no humano*, o *design thinking*, o *design de serviços* e o *design participativo*. O design centrado no humano (DCH), também conhecido como design centrado no usuário, é uma abordagem que tem origem na ergonomia, cujo objetivo é o desenvolvimento de produtos e serviços direcionados para atender às necessidades das pessoas (Quaresma; Brito, 2022).

Tal abordagem envolve ações que buscam compreender os usuários, suas demandas e o seu contexto de uso, e identificar requisitos necessários para melhor atendê-los, utilizados para a produção de soluções de design. Isso se dá através da participação constante desses usuários por meio de pesquisas e processos iterativos de elaboração e avaliação do projeto. O resultado pretendido por essa abordagem são sistemas fáceis de usar, úteis, centrados nas pessoas, direcionados para suprir suas demandas particulares, por meio da aplicação de estudos, conhecimentos e técnicas de diferentes naturezas e alcançando o aumento de eficácia, melhoria do bem-estar humano, satisfação, acessibilidade, sustentabilidade e, por outro lado, minimizando efeitos adversos e nocivos às saúdes física e mental, à segurança e ao desempenho humano (Quaresma; Brito, 2022).

Diante disso, percebe-se as diversas inter-relações entre pessoas e saberes, necessárias para o desenvolvimento dessa abordagem que, apesar do recorte feito por Quaresma e Brito (2022), voltado para o meio digital, aplica-se a qualquer tipo de projeto de design. Um trabalho como esse envolve sobretudo a percepção e a compreensão de pessoas, e a identificação de necessidades e expectativas nem sempre comunicadas e envolvendo aspectos difíceis como comportamento, cultura, desejo, repertório coletivo, entre outros, e que está, portanto, muito longe da possibilidade de

desenvolvimento individual de um projetista, por mais experiente e gabaritado que este seja, devido à grande e variada quantidade de informações e interações necessárias.

Apesar do aspecto operacional de uso de sistemas diversos que envolvem produto, serviço e ou comunicação, que devem viabilizar a realização de tarefas cotidianas e que podem impactar positiva ou negativamente a vida das pessoas, Norman (2006), ao falar sobre o design do dia a dia, destaca que:

As ferramentas afetam mais do que a facilidade com que fazemos as coisas; elas podem afetar muitíssimo a visão que temos de nós mesmos, da sociedade e do mundo [...] Mesmo inovações aparentemente simples podem resultar em mudanças espetaculares, a maioria das quais não podem ser previstas. (NORMAN, 2006, p. 245)

Pensar a centralidade do humano no projeto de design é, antes de tudo, aceitar a complexidade de lidar com tudo o que o ser humano implica ou, ampliando ainda mais esta discussão, talvez seja necessário deslocar a centralidade humana para incluir nesse diálogo seres não humanos impactados em qualquer projeto de design.

O *design thinking*, tratado aqui anteriormente, é caracterizado como um processo intencional que visa desenvolver novas soluções e gerar impactos positivos através de processos colaborativos criativos, transformando problemas em desafios e oportunidades. Possui como foco inovação e evidencia a capacidade criativa e mediadora do design em diferentes campos de atuação, tendo a empatia como eixo mediador que possibilita a compreensão da necessidade das pessoas envolvidas em determinado problema evidenciado. Além disso, estimula o trabalho coletivo

através de experimentação e propostas de soluções construídas a partir das contribuições dos diversos participantes do projeto, reconhecidos como projetistas em potencial (SOUZA, 2011).

O design de serviços é uma abordagem interdisciplinar para a criação de fluxos práticos de soluções contextualizadas, a partir de visualização de diferentes perspectivas que unam eficiência e foquem o usuário. Tais soluções podem visar o aprimoramento ou a criação de novos serviços (SOUZA, 2011).

STICKDORN et al. (2020) caracterizam o design de serviço a partir de seis princípios básicos: 1) ser centrado no humano, levando em consideração todas as pessoas afetadas pelo serviço; 2) ser colaborativo, em que as diversas partes interessadas devem participar ativamente da elaboração do desenho do serviço; 3) ser iterativo, já que o design de serviço é uma abordagem exploratória, adaptativa e experimental, possibilitando a iteração do protótipo de um serviço e visando sua implementação; 4) ser sequencial, que possibilita a visualização e o regimento do serviço por meio de ações sequenciadas e inter-relacionadas; 5) ser real (tanto as necessidades dos usuários do serviço quanto as ideias devem ser pesquisadas e prototipadas no mundo real, transpondo valores intangíveis para uma realidade física ou digital por meio de evidências); e, por fim, 6) o design de serviço deve ser holístico e deve considerar as necessidades de todas as partes envolvidas ao longo do serviço e a interação com todos os aspectos do negócio, de modo sustentável (STICKDORN et al., 2020).

A última abordagem exemplificada é o design participativo, que possui como uma de suas abordagens a sustentabilidade e à inovação social, revendo o papel do design orientado ao mercado e do design apresentado pela mídia como sinônimo de luxo, e atrelado a estratégias danosas que alimentam as engrenagens do círculo vicioso do consumo, como a descartabilidade e a obsolescência programada. Esta abordagem

compreende algumas etapas de processo, como o diálogo com a comunidade envolvida, na busca pela identificação de suas demandas específicas; o desenvolvimento técnico de design e inovação em produtos e serviços; a eleição coletiva das soluções de design mais viáveis para a comunidade e suas tomadas de decisão; o desenvolvimento de estudos de mercado, a testagem e a avaliação iterativa de produtos e serviços para a implementação; e o detalhamento do projeto e melhoria de soluções (SOUZA, 2021).

Faz-se necessário destacar que abordagens dessa natureza e que envolvem, por exemplo, produtos e serviços locais, não devem configurar a atuação do designer como o protagonista que possui a missão de ensinar a comunidade a realizar as atividades que já realizam há muito tempo para que o façam da maneira estratégica; esse processo de diálogo deve se dar de modo horizontal, uma vez que são da comunidade os saberes locais e a experiência prática imprescindíveis para o desenvolvimento de soluções viáveis e que contenham a essência dos valores que os identificam, além de serem eles os integrantes que podem, de forma respeitosa, acionar a participação ativa do território e cuidá-lo.

Pode-se destacar alguns pontos em comum entre tais abordagens metodológicas, a exemplo da não linearidade do processo, da presença de etapas fundamentais, como a pesquisa e a imersão no contexto em estudo, a análise e a compreensão do problema por meio de múltiplas perspectivas, a cocriação e a colaboração entre as pessoas implicadas no desenvolvimento de possíveis soluções para o problema em questão, além da prototipação das ideias potenciais, visando o seu aprimoramento e a sua implementação.

Além disso, considera-se nestes processos uma abertura para a revisão das etapas projetuais e a possibilidade de remodelagem das ideias a partir dos novos caminhos demandados ao longo do processo, considerando como únicos cada projeto e contexto. Tais exemplos de novas abordagens

metodológicas mostram uma inclinação de olhar para o ser humano em direção a problemas reais e em diálogo com outras áreas de conhecimento. Vale ressaltar que tais iniciativas, em sua maioria, se consolidaram em um contexto corporativo mas têm sido provocadas a se expandirem para outras percepções, outros projetos de vida e sociedade.

Apesar dos esforços em direção a práticas interdisciplinares e colaborativas, é fundamental a compreensão dos interesses e valores que sustentam e viabilizam esses novos meios de projetar, uma vez que se tem como principal característica dessas novas dinâmicas projetuais a confrontação entre interesses diversos.

Por não se configurar em uma estrutura linear, à medida que o projeto vai sendo desenhado emergem relações e situações críticas nem sempre previstas. Quanto mais se envolvem múltiplas perspectivas, mais conflitante tende a ser o processo do projeto, porque à medida que ele se desenrola evidenciam-se jogos de poder em torno das tomadas de decisões. A abertura do fazer projetual no design e a aplicação de novas abordagens implicaram em graus maiores de complexidade de mediação do processo do projeto. Afinal, resolver um problema identificado coletivamente e que pretende ser solucionado também de modo conjunto, invariavelmente requererá lidar com situações delicadas e interesses divergentes, algumas delas conjuntunturas já estabelecidas onde supostamente não se poderia mexer.

A viabilidade é, portanto, um desafio para a construção de diálogo na socialização da atividade projetual, em meio à diversidade de perspectivas, das estruturas de poder vigentes e das necessidades específicas demandadas no contexto de cada projeto. A coletividade pressupõe diversidade e, portanto, contém nela divergências, mas possui também importantes pontos de convergência ou de contato.

Diante disso um fator importante para lidar com tais confrontos envolve empatia, a capacidade de partilhar a importância do projeto e das demandas levantadas coletivamente, de modo a escutar e mediar o diálogo contemplando de maneira minimamente satisfatória todas as partes envolvidas – compartilhando, inclusive, as decisões de projeto ao longo do processo. O que confere mobilidade e comprometimento das pessoas envolvidas em uma atividade projetual de natureza complexa é a percepção individual de participação ativa – e nunca da objetificada – de qualquer uma das partes, e a perspectiva dada pelo projeto na busca de um bem comum, na medida do possível, e entendendo o que é reconhecido e evidenciado no projeto como prioridade ou o que pode ser flexibilizado.

### 1.3. Compreendendo a colonialidade no design

O que o designer tende a considerar enquanto projeta? Esse questionamento confronta a ideia do designer como um salvador do mundo e solucionador-mor que possui a chave para abrir todas as portas. Talvez o exercício crítico seja perceber as restrições de acesso, onde não há portas, ou, ainda, reconhecer quão comprometida se encontra toda a estrutura de sustentação a partir da qual se pretende construir. Como bem ilustrou Rafael Cardoso, ao tratar dos desafios contemporâneos e da inescapável tarefa do design em lidar com problemas complexos e de natureza sistêmica: “Seria cruel, quase obscuro, propor que arejar a mancha de texto de uma página é uma boa maneira de tornar a leitura mais acessível, num país onde não se lê por opção e falta de opção” (CARDOSO, 2016, p.41).

Diante disso, faz-se necessário questionar para quem se projeta, o que se pretende ao projetar e, sobretudo, o papel do design em projetos que reforçam estruturas dominantes, promovem desigualdades, suprimem direitos, consolidam privilégios, reforçam narrativas colonizadoras e violentas. Tais

debates também ressaltam a necessidade e o compromisso dos designers em repensar novos futuros possíveis, denunciar, mobilizar e colaborar, de modo responsável e crítico, por meio de projetos de serviços, produtos e de informação, que gerem transformação social efetiva, a partir de múltiplas perspectivas, sobretudo as marginalizadas. Há, nesse exercício crítico, a difícil tarefa de questionar as bases epistemológicas, indo além das narrativas e modelos eurocêntricos.

Almeida (et al., 2021) frisa que a participação dos designers na inovação social requer a compreensão de como as práticas e referenciais teóricos e programáticos do design são atravessados e estruturados por dinâmicas de poder hegemônicas, o que chamou de “colonialidade do design”, de modo a direcionar teoria e prática a projetos de vida das comunidades com quem se pretende partilhar essa construção. Além disso, alerta para o risco de se mascarar os conflitos resultantes da insuficiência das políticas neoliberais ao invés de confrontá-los, mesmo em ações estratégicas voltadas para inovação social, empreendedorismo social e negócios sociais (ALMEIDA, 2021).

Assim, projetos dessa natureza podem não ser efetivos nas transformações sociais que pretendem e, por fim, funcionar como um posicionamento estratégico que torna mais palatáveis as práticas de um modelo capitalista, de uma sociedade de consumo, atrelada ao conceito de desenvolvimento, bem-estar e de modernidade eurocêntricos, além de reforçar desigualdades, exclusões e degradações, ou, ainda, conferir-lhe um suposto valor humanitário por beneficiamentos pontuais superestimados, até mesmo premiados, mas que não alteram as formas de opressão em suas raízes e lógica de funcionamento.

Pode-se citar como alguns dos grandes desafios do contexto global as mudanças climáticas, a desigualdade social, o deslocamento em massa e os

conflitos territoriais, e, além disso, uma das promessas insustentáveis do mundo globalizado: fazer caber diversos mundos em um único modelo, um projeto de desenvolvimento encabeçado pelas lideranças globais e que tem falhado com a maioria da população mundial e com o planeta terra, um modelo civilizatório excludente desde sua origem (ALMEIDA, 2021).

O Grupo de Estudos em Tecnologia Social (Tecsol), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) analisa a repercussão dos desafios do contexto contemporâneo na prática projetual, buscando como parâmetro de análise perspectivas não hegemônicas. Dentre os temas abordados pelo grupo, destacamos aqui a relação extrativismo e territorialidade; colonização e desenvolvimento; e os debates sobre o design “do” e “para” o “sul global”.

No design, tais temas têm como uma de suas vias de reflexão e ação o desenvolvimento de uma perspectiva crítica da tecnologia que possibilite romper com estruturas dominantes, como a subordinação às demandas industriais internacionais, o modelo colonial produtivo extrativista e a mimetização de soluções projetuais estrangeiras que não representam a realidade vivenciada nos países periféricos (ALMEIDA, 2016). Se o contexto no qual e para o qual se projeta é um fator de fundamental importância para o desenvolvimento de resultados efetivos, a importação de soluções projetuais certamente representam uma enorme negligência com as reais necessidades e valores dos países explorados e transformados em consumidores de tecnologia ditas de ponta e de suposto progresso. Sendo assim, pode-se considerar como imprescindível pensar abordagens de design a partir da perspectiva do lugar uma vez que o afastamento entre projeto e território corrobora com a manutenção de regências colonizadoras que atuam historicamente na teoria e prática de um design eurocêntrico, pautado no ideal de modernidade e que tem como foco a padronização e universalização de necessidades, processos e resultados.

Sobre extrativismo e territorialidade, é importante lembrar dos graves impactos que a prática extrativista provoca nos países ditos “subdesenvolvidos”:



Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de Almeida (2016, p. 130-132).

Conforme demonstra a tabela, há uma série de fatores interligados através dos quais se mantêm ao longo da história os países hegemônicos na posição de privilégio e os países ditos subdesenvolvidos condicionados na posição de subordinação, gerando como efeito dessa condição, por exemplo, a supressão do desenvolvimento tecnológico e diversificação da produção desses países subjogados, priorizando os interesses externos e negligenciando as necessidades dessas populações além de gerar graves danos a esses territórios devido aos rastros de destruição deixados pelo modelo exploratório, pautado na exportação de recursos naturais de baixo valor agregado.

Um das sustentações do sistema produtivo extrativista é a percepção da natureza pela lógica colonial em que esta é tratada como recurso a serviço dos homens, em contraposição à cosmovisão indígena que percebe a natureza como uma entidade própria que é parte constitutiva e mantenedora da vida em suas comunidades (ALMEIDA, 2016).

Ailton Krenak (2020) nos alerta sobre o nosso “vício em modernidade”, a nossa tentativa constante de, por meio de nossas invenções, “nos projetarmos em matéria para além dos nossos corpos” em busca da sensação de poder, permanência e de continuidade de nossa existência: “Estamos a tal ponto dopados por essa realidade nefasta de consumo e entretenimento que nos desconectamos do organismo vivo da terra” (KRENAK, 2020, p. 4-5). Sendo assim, faz-se necessário questionarmos a relação que temos com o território, com a terra, bem como os conceitos hegemônicos de bem-estar, forjados na forma de desejos e o modelo de desenvolvimento que orienta tanto a percepção de sucesso individual quanto coletiva de quem somos enquanto sociedade, do que tem valor, de onde pretendemos chegar e por quais meios.

Sobre a relação entre colonização e desenvolvimento, se a sustentação do sistema produtivo extrativista tem como uma de suas bases a ideia da superioridade humana com relação à natureza, fazendo da sua suposta centralidade uma justificativa para a devastação ambiental em nome do progresso, assim também a ideia de supremacia europeia tornou-se o modelo almejado de desenvolvimento, amparando diversas formas de violência e se colocando como único parâmetro válido de sucesso.

É necessário atentar para a vinculação fundamental entre o conceito de desenvolvimento eurocêntrico e o processo de colonização imposto aos países da América Latina.

## Relação entre colonização e desenvolvimento



Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de Almeida (2016, p .135-141).

Como mostra a tabela acima, há um atrelamento entre o conceito de desenvolvimento eurocêntrico com o modelo de colonização exploratória imposto aos países latino-americanos mantidos em posição subalterna econômica e culturalmente, através das violências e dominações sofridas, e da imposição do referencial europeu como balizador do único caminho possível de se alcançar o suposto progresso. Sendo assim, são imprescindíveis os questionamentos: qual padrão de vida está sendo levado em conta e quais melhorias ele implica?

Ao discorrer sobre saberes e territórios por uma perspectiva da diversidade e de emancipação a partir da experiência latino-americana, Porto-Gonçalves (2006) ressalta a importância de questionar a ideia eurocêntrica de conhecimento universal, não por recusar a ideia de que o conhecimento é universal, e sim para remover o caráter unidirecional que os europeus imprimiram nessa ideia (eurocentrismo); e também para reforçar que as diferentes matrizes de racionalidade concebidas a partir de

diferentes lugares são capazes de serem universalizadas, nos levando a considerar os processos por meio dos quais os conhecimentos podem dialogar e se relacionar (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A crítica não é direcionada à ideia de pensamento universal, antes, à existência de apenas um pensamento universal produzido a partir de uma província específica do mundo:

Com essa desprovincianização da Europa da ideia de pensamento universal o que visamos é o deslocamento do lugar de enunciação e, assim, proporcionar que outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo. Insistimos que não se trata de negar o pensamento europeu, o que seria repeti-lo com sinal invertido, mas sim nos propormos dialogar com ele sabendo que é europeu e, portanto, um lugar de enunciação específico, ainda que sabendo (1) que essa especificidade não é igual a outros lugares de enunciação pelo lugar que ocupa na contraditória estrutura do sistema mundo moderno-colonial, (2) nem tampouco que esse lugar de enunciação europeu seja homogêneo e não abrigue perspectivas contraditórias, seja de afirmação da ordem, seja de perspectivas emancipatórias. [...]. Enfim, o lugar de enunciação não é uma metáfora que possa ignorar a materialidade dos lugares, enfim, a geograficidade do social e do político (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 42).

Diante disso, pode-se destacar o papel decisivo do design na implementação do projeto desenvolvimentista vislumbrado pelos países do Sul Global, tanto por meio do desenho industrial – importação estética e tecnológica para a produção de “objetos de desejo” –, quanto por meio da comunicação visual – ferramenta de convencimento do ideal capitalista de bem-estar por meio de referências imagéticas padronizadas (ALMEIDA, 2021). Percebe-se, portanto, que o design, enquanto atividade projetual, está fortemente ligado a projetos simbólicos e materiais estruturantes para a sociedade, logo, participa diretamente da criação e da manutenção de estruturas de poder hegemônicas. Gui Bonsiepe (1983), explicita tal participação:

É fato indiscutível que a questão da cultura material, a questão da “física da cultura” é crucial para qualquer sociedade [...] Esse sistema (sistema dos objetos) é, atualmente, em sua composição, seus atributos técnicos-funcionais e seus aspectos

estético-formais, quase exclusivamente determinado pelo Centro. Por isso, frequentemente, o desenho industrial, nos países periféricos, é interpretado como uma extensão de algo criado no Centro para o “Submundo Perplexo”. Esse modelo expansionista suaviza-se em reverências retóricas às condições e tradições locais, uma forma de brindar *lip service*. O neocolonialismo utiliza muitos disfarces; inclusive, às vezes, o disfarce anticolonial (BONSIEPE, 1983, p. 2).

Diante disso, além da compreensão crítica dessa responsabilidade na atuação, passa pela área do design também a necessidade de revisão, contestação e construção de novas perspectivas frente ao projeto de sociedade já em curso. Sem dúvidas uma tarefa que abriga inúmeras divergências de interesses e que sempre correrá o risco de revestir as velhas estruturas de novas aparências e discursos.

Sobre o Design do e para o “Sul Global”, tendo em vista a notória intenção e operacionalização articulada de manter os países ditos subdesenvolvidos na posição de dependência econômica, cultural, intelectual, técnica e tecnológica dos países do Norte Global, faz-se necessário ampliar o olhar para refletir sobre o conceito do design. Almeida (2021) frisa duas possíveis percepções, a primeira, partindo do rigor da palavra e do surgimento da atividade, vinculada à Revolução Industrial, caracterizada pela separação entre projeto e execução, perspectiva que considera restrita frente às diversas outras atividades projetuais desenvolvidas cotidianamente pelas pessoas. Já a segunda percepção adotada, e mais próxima da levantada pelo grupo Tecsol em 2018, tem como foco um “fazer produtivo que alia técnica, saberes, trabalho e recursos naturais a uma intenção, a partir de necessidades, buscando gerar soluções” (ALMEIDA, 2021, p. 142).

Para alguns autores, o processo de mudança desse conjunto de subordinação imposta historicamente aos países periféricos passa por um protagonismo tecnológico dos mesmos, a partir dos seus contextos.

Bonsiepe (1983), defende a ideia de “tecnologia endógena e projeto endógeno”, considerando como ponto chave da questão tecnológica a criação da tecnologia e do desenho industrial na periferia como única maneira de pôr fim à dependência tecnológica e da privação de “voz e voto” em “decisões que afetam a infraestrutura material da sociedade” (BONSIEPE, 1983, p. 8).

O grupo Tecsol, a partir de uma concepção de não neutralidade da tecnologia, ao considerá-la impregnada dos valores do grupo social envolvido em seu desenvolvimento, coloca como possibilidade e necessidade, “o fortalecimento dos modos de vida marginalizados pela lógica da globalização neoliberal/neoextrativista, que avança sobre territórios tão diversos biológica e culturalmente como um rolo compressor padronizante” (Almeida, 2021, p. 154).

Tanto Bonsiepe quanto o grupo Tecsol destacam aspectos voltados para a autonomia dos países periféricos, seja no aspecto técnico e criativo, seja em seus diversos modos de ser e existir, em seu próprio território ou como participantes de um meio ambiente partilhado por todos.

Haesbaert (2021), utiliza o termo “de(s)colonialidade” em sua obra “Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina”, e trata o termo como verbo, mais do que como substantivo:

[...] é, ao mesmo tempo, uma perspectiva de olhar/ler e de vivenciar/praticar o mundo [...] a de(s)colonialidade, muito mais que resultado de uma exigência acadêmica, um novo paradigma ou “corpo teórico”, é uma demanda da vida de pessoas/grupos reais que nos convocam como parceiros em busca não apenas de respostas, mas também de ações concretas que (n)os auxiliem na construção de um outro mundo –ou na abertura de horizontes para outros mundos possíveis (Haesbaert, 2021, p. 9-10).

Diante de um projeto de suposto desenvolvimento vendido e pensado para ser permanentemente subalterno e dependente, se o design está viabilizando a operacionalização desse projeto hegemônico, faz-se

necessário não apenas questionar o conceito de desenvolvimento e o modelo de bem-estar eurocêntrico, como também pensar o design a partir de outras epistemologias e modos de vida, produção e relações. Diante dessa necessidade de ampliação da compreensão da atividade projetual enquanto processo é que propomos aqui refletir sobre um dos pontos essenciais nas discussões sobre decolonialidade do design: a relação entre o design e o território.

## Capítulo 2 |

O território no pensar e fazer design

A relação entre design e território tem sido um importante tema tratado por teóricos do design, mas ainda há muitas lacunas nesse campo de estudo. Lia Krucken destaca que o próprio ato de projetar já pressupõe um contexto localizado (física ou virtualmente), sendo este parte do projeto, e frisa que pensar o território como “âmbito de projeto” é um desafio para o design por requerer a compreensão das inter-relações e dinâmicas que ocorrem nesses territórios (KRUCKEN, 2017).

Pode-se destacar alguns fatores presentes nas discussões que relacionam o território com a prática do design, dentre eles: considerar o território como parte do projeto de design; as possíveis contribuições da área do design e do designer em projetos que envolvem o território; as reflexões políticas, socioeconômicas e culturais que a inclusão do território no projeto de design suscitam; e o aumento nos últimos anos de iniciativas voltadas para a valorização de produtos e saberes localizados como resposta aos efeitos da globalização.

### 2.1. O projeto de design e o território

O que significa considerar o território como âmbito do projeto de design? Lia Krucken traz esse questionamento, destacando que quando o território é foco do projeto isso pode implicar em “desenvolver ou apoiar projetos que vão desde construções mentais e imaginárias, até o desenvolvimento de soluções ‘concretas’, relacionadas às demandas existentes ou latentes” (KRUCKEN, 2017, p. 363). Esse processo envolve o compartilhamento de saberes juntamente com as comunidades locais a partir da perspectiva de cada território e na identificação efetiva e fundamentada das demandas identificadas, bem como as oportunidades reconhecidas em processos criativos e acordos coletivos.

Para Leite (2015), um recorte territorial nos aproxima das demandas imediatas e potencialidades das comunidades, além da atuação local possibilitar o desenvolvimento de soluções para questões globais, tendo como fundamento a qualidade de vida, por meio da busca do bem viver e do bem comum (LEITE, 2015). Tanto na compreensão de Krucken quanto na compreensão de Leite, desloca-se o campo geográfico da condição de palco onde o projeto se desenrola para uma perspectiva de protagonismo ativo vinculado às relações socioculturais e produtivas que o território provoca e participa.

Portanto, pensar caminhos para um projeto de design lugarizado é mais do que incluir o território como um fator importante, uma peça-chave a ser considerada para o desenvolvimento de soluções contextualizadas e que tenham, por exemplo, o que se acredita ser uma representação identitária do lugar ou um produto de selo verde; é escutar e fazer com as pessoas e seus territórios, é estar disposto a não saber tudo para saber junto e saber outro. É não supor entregar uma grande solução de projeto sem saber o que realmente é desejado e como a vida acontece e se organiza a partir das *lugaridades*, ou, ainda, o que a ameaça. É não eleger um problema como centro do projeto sem antes reconhecê-lo a partir de múltiplos olhares em um processo que pressupõe aprendizado por ter como premissa a alteridade, o reconhecimento de outras epistemologias e, sobretudo, outra compreensão da relação homem-terra, não dicotômica, objetivada ou predatória.

Leite (2015), ao relacionar o fazer coletivo com o território, destaca como fundamento dessa relação a busca pelo Bem Viver e pelo bem comum, e frisa que essa articulação, além de solucionar demandas específicas das comunidades, também alcança importantes questões de caráter global. Diante disso, faz-se necessário uma maior atenção à perspectiva do Bem Viver e como ela vem sendo discutida e construída a partir de novas visões de futuro.

A expressão Bem Viver chegou ao Brasil principalmente mediada pela tradução do espanhol ou castelhano, através do termo *Buen Vivir*, e faz referência à expressão original “*Sumak Kawsay*”, presente nas línguas dos povos Quechua, Aymara (com algumas variações), povos nativos das Cordilheiras dos Andes. Esse termo está ligado a uma cosmovisão comum entre esses povos e que reconhece essas cordilheiras vivas como a Pachamama, Mãe Terra, coração da Terra. Tal cosmovisão é constituída pelo entrelaçamento da vida de uma constelação de seres que partilham o ar, a água, que pisam essa terra juntos. O *Sumak Kawsay* nomeia a prática ancestral desses povos que expressa “um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo” (Krenak, 2020).

Alberto Acosta acrescenta a essas expressões o termo *nhandereko* (Guarani) e apresenta o Bem Viver como um processo oriundo de base comunitária de povos que vivem harmoniosamente com a Natureza, uma oportunidade de construir coletivamente uma nova forma de vida e que é parte de um esforço para compilar princípios essenciais, experiências e determinadas práticas vivenciadas não apenas nos Andes e na Amazônia, mas também em outros lugares do planeta. Diante da própria essência proposta pelo Bem Viver, não se trata de uma visão única que sintetiza uma proposta monocultural, tratando-se, antes, de um conceito plural – bons conviveres – originado em comunidades indígenas, sem, contudo, negar as contribuições tecnológicas do mundo moderno e de outras culturas e saberes que “questionam distintos pressupostos da Modernidade” (ACOSTA, 2016, p.87).

Nesse sentido, identificar o lugar de enunciação, de germinação dessa compreensão de Bem Viver, bem como suas linguagens e valores originais, não restringe esse modo de pensar e viver – ao contrário, valida a força e a capilaridade dos seus princípios fundantes – a pluralidade e potencialidade do seu alcance, sem, contudo, culminar em sua descaracterização e esvaziamento.

Uma vez que a reflexão aqui posta compreende também a diversidade de linguagens e, portanto, os processos de tradução, faz-se necessário delinear o que não é o Bem Viver dentro dessa percepção. Acosta (2016) destaca que não se trata de um modelo aplicado a artigos constitucionais restritos e muito menos de um novo regime de desenvolvimento e alerta que as implicações do Bem Viver só podem ser compreendidas a partir de aspectos fundamentais da cosmovisão dos povos e nacionalidades indígenas, e não da associação simples com o “bem-estar ocidental” (ACOSTA, 2016). Ailton Krenak também faz a diferenciação entre o *Sumak Kawsay* e o conceito de bem-estar de origem ocidental e alerta:

Bem Viver não é definitivamente ter uma vida folgada. O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal. (KRENAK, 2020, p. 8-9)

Krenak (2020) destaca como exemplo dessa diferenciação que, quando se trata de Bem Viver, não há uma busca por conforto individualizado ou ações movidas apenas por decisões pessoais, antes, engloba a difícil experiência de viver que envolve equilibrar o que se recebe e o que se devolve para a vida e para a natureza, por meio de um balanço sensível. Isso envolve antes de tudo uma relação indissociável com a terra e pautada no comprometimento e no respeito

As perspectivas de Bem Viver e Bem-estar diferem sobretudo em seu fundamento quanto ao modo de percepção e relação com a natureza. A ideia de bem-estar baseia-se tanto na centralidade humana quanto na separação entre homem e a entidade terrestre, colocando a natureza na posição de recurso a ser consumido. Mesmo por meio de ciência e tecnologia, busca-se

meios de “aumentar a capacidade de exaurir esse organismo” (Krenak, 2020). Nesse caso, o bem-estar que se busca é o bem-estar humano, que não apenas é contraditório no modo como opera, como também não é feito visando o beneficiamento de todos os humanos.

Diante de um modo de habitar o planeta pautado por disputas desproporcionais e de contextos, por exemplo, como o da América do Sul e do Brasil, marcado por um histórico de desigualdades, propor-se a um exercício individual para alcançar o estado de *Buen Vivir* é comparado por Krenak à ideia de desenvolvimento sustentável enquanto vaidade pessoal. “A sustentabilidade não é coisa pessoal. Ela diz respeito à ecologia do lugar em que se vive, ao ecossistema que a gente vive” (KRENAK, 2020, p. 9).

Acosta (2016) complementa a crítica feita por Krenak ao discurso sobre desenvolvimento sustentável, desassociado do contexto atual de desigualdade e disputa. Tais movimentos, apesar de possibilitarem algumas críticas e revisões, não conseguiram questionar efetivamente os fundamentos do conceito convencional de desenvolvimento, entendido como progresso linear – pautado na permanente acumulação de bens materiais – e que tem na ideia de um crescimento econômico insustentável seu paradigma de Modernidade. O fracasso desse modelo dominante, evidenciado, por exemplo, com o crescimento da pobreza no mundo, mobilizou “repensar” suas ferramentas e indicadores, mas não o seu conceito:

[...] percebeu-se que a questão não é simplesmente aceitar uma ou outra trilha para o desenvolvimento. Os caminhos ao desenvolvimento não são o maior problema. A dificuldade radica no conceito. O desenvolvimento, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos. A negação agressiva do que é próprio desses povos foi muitas vezes produto da ação direta ou indireta das nações consideradas desenvolvidas: recordemos, por exemplo, a atuação destrutiva da colonização ou das próprias políticas do FMI. (ACOSTA, 2016, p. 50)

Se o modelo de desenvolvimento dominante opera atrelado à manutenção da condição de subalternidade de países periféricos, rotulados como subdesenvolvidos, resulta na privação de direitos básicos de grande parcela da população mundial, é motivador de diversos conflitos territoriais e causa danos irreparáveis ao meio ambiente, ele mostra-se, além de violento, incoerente.

Em contrapartida, Acosta (2016) destaca que os valores, experiências e práticas dos povos indígenas, rotulados, por vezes, como pré-modernos e primitivos, demonstram “uma civilização viva que se mostrou capaz de resistir à modernidade colonial”. E, além disso, imaginam outros futuros, que nutrem os atuais debates globais e que se mostram como oportunidade para a construção de outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa dos seres humanos entre si e com a Natureza a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. “Trata-se, definitivamente, de questionar a tentativa falida de impulsionar ‘o desenvolvimento’ como imperativo global e caminho unilinear, procurando não mais propor alternativas de desenvolvimento, mas alternativas ao desenvolvimento” (ACOSTA, 2016, p. 85).

Antônio Bispo, em seu livro *A terra dá, a terra quer*, ao discorrer sobre semear palavras, fala sobre contrariar as palavras coloniais como forma de enfraquecê-las, resgatar saberes ancestrais, traduzindo-os da oralidade para a escrita, e potencializar essas palavras. Também cita como exemplo a sua estratégia de enfraquecimento da palavra *desenvolvimento*, que gera desconexão, uma variante da cosmofofia, e reforça que a boa palavra para substituí-la é *envolvimento*. Santos (2023) também relata que, dentre as palavras semeadas, a palavra que melhor germinou foi *confluência*, e analisa:

Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente, a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. (SANTOS, 2023, p. 15)

Há uma enorme riqueza desperdiçada quando se hierarquiza o saber, as técnicas, as relações e os modos de viver. Perde-se com isso, inclusive, as instruções mais básicas e profundas adquiridas pela inteligência e ensinamentos da terra. As palavras de Antônio Bispo e o rio que conflui contam sobre substituir o desenvolver pelo envolver, ampliar sem subjugar. Falam de outra medida, abundante, sobre um encontro que agrega, respeitando as singularidades e a pluralidade. Um encontro generoso e “uma força que rende”.

Acosta (2016) frisa que o endeusamento da atividade econômica e, especialmente, do mercado, gera o abandono de muitos instrumentos não econômicos indispensáveis para melhorar as condições de vida das pessoas. “[...] A resolução dos problemas exige, então, uma aproximação multidisciplinar. Vivemos uma situação de complexidades múltiplas que não podem ser explicadas a partir de visões monocausais” (ACOSTA, 2016, p. 38).

Em busca dessa aproximação multidisciplinar capaz não só de resolver problemas, mas de construir novas perspectivas de futuro, tem-se no Bem Viver, uma filosofia que abre portas para a construção de um projeto emancipador que:

Ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer

democraticamente sociedades sustentáveis. Logo, a necessidade de uma nova economia e os Direitos da Natureza perfilam-se como questões de interesse à Humanidade. E, como tal, devem ser discutidos. (ACOSTA, 2016, p. 40)

O fundamento do *Sumak Kawsay*, ou *Buen Vivir*, compreende o ser humano não apenas subordinado, mas também enquanto parte integrante dessa ecologia e ampla biosfera do planeta, como todos os outros seres. Um elemento de equilíbrio e um elemento regulador. O ser humano não atua fora da biosfera do planeta terra, ele está dentro e pode pensar juntamente com ela. Nessa visão de mundo, a terra é um organismo dotado de inteligência com quem se pensa junto, se escuta e se aprende. Krenak ainda complementa sua reflexão lembrando que a vida não está restrita ao planeta Terra, mas esta é a ecologia dos humanos, “Esse maravilhoso organismo da Terra é a ecologia que existe em nós, no nosso corpo” (Krenak, 2020, p. 16).

A perspectiva do Bem Viver é importante nessa construção de caminhos para o desenvolvimento de projetos de design a partir das *lugaridades*, uma vez que este só será possível contemplando cada lugar e ser envolvidos, suas histórias, linguagens e valores, suas dinâmicas e acontecimentos constantes, atentos inclusive aos diferentes entendimentos e percepções de Bem Viver.

Como demonstrou Santos (2023), ao semear palavras, talvez seja necessário enfraquecer a palavra *desenvolvimento* de projetos de design lugarizados, abdicar dos rompimentos do prefixo *des* – que pode significar, por exemplo, o desconhecimento provocado por narrativas unilaterais – ou, ainda, o desprezo por outras narrativas, as tomadas de decisões que produzem mais do mesmo, o desrespeito de projetar para grupos seletos, mas impactar a muitos. O Bem Viver que congrega saberes, práticas e experiências das comunidades tradicionais e de esforços para modos de ser e viver que harmonizam as relações humanas e não humanas, que habitam e

compartilham o mesmo ecossistema pois são parte dele. Pensar reflexões e práticas de design por meio de *envolvimentos e confluências* para germinar projetos que rendem e ampliam, e que disso venha uma nova medida, plural e generosa.

Ao analisar algumas iniciativas brasileiras que possuem um território como âmbito de projeto, Krucken (2017) aponta três pontos observados nelas: “a percepção do território e estímulos ao desenvolvimento de visões de futuros desejáveis; a interação entre atores em ações e soluções coletivas e o uso de ferramentas de design para apoiar processos relacionados a mapeamentos, visualização, comunicação, pesquisa e projeto, dentre outros” (KRUCKEN, 2017, p. 367). Inserir a perspectiva do território e seus desdobramentos na atividade projetual é uma necessidade presente na complexa e diversa realidade contemporânea, onde a área do design inegavelmente precisa atuar, por sua natureza transversal, suas implicações na cultura material e simbólica da sociedade e pela grande importância das questões territoriais implicadas em suas diversas camadas.

## 2.2. Discussões sobre a inclusão do território no projeto de design

Uma das discussões entre design e território aborda a perspectiva da valorização de identidades e produtos locais. Krucken (2009) destaca o aumento de iniciativas direcionadas à proteção do patrimônio cultural imaterial e para “agregar valor” a “produtos fortemente localizados”, em meio ao contexto de globalização, e ressalta que a criação de condições para a conversão do potencial dos recursos locais em benefícios reais e duráveis para as comunidades é um grande desafio nas economias emergentes (KRUCKEN, 2009).

Milton Santos (2001) trata a globalização como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, que tem sua compreensão vinculada a dois elementos que considera fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política, sempre vinculadas à história humana. “As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso” (SANTOS, 2001, p. 23).

Não há, portanto, como falar de design e território sem falar das implicações impostas pelo contexto hegemônico, eurocêntrico, capitalista e globalizado, que, por sua vez, nos convoca para uma abertura de compreensão do que de fato significa a palavra *território*. Ainda, segundo o geógrafo Milton Santos (2001):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro [...]. (SANTOS, 2001, p. 96-97)

Desse modo, o território não é cenário passivo, um espectador neutro ou um conjunto de dados situados geograficamente. Ele é composto pelo chão e por sua população, “um faz o outro”. É a base da vida e também é uma identidade composta por ambos e de caráter dinâmico por ser fruto de interações que, inclusive, envolvem o global e o local, porém é, antes de tudo, “o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, que é nosso não a partir do sentido de propriedade, mas no sentido de ser parte do território e de reconhecê-lo como parte que nos compõem.

Krucken (2017) ressalta a ambiguidade da palavra território ao questionar: "por que e para quem a territorialidade se estabelece?". Esse convite vem acompanhado de reflexões sobre os impactos da globalização e processos como a desterritorialização, deslocamento, preocupação com o meio ambiente, transnacionalidade e suas dinâmicas de migração etc. Uma das tentativas de resposta a esse contexto está relacionada ao ressurgimento da busca por valorização do local, pertencimento cultural e redefinição dessas conexões (KRUCKEN, 2017).

Isso implica diversos conflitos de interesses e valores, que articulam o global e o local; projetar nessa configuração é um grande desafio. Ao analisar o efeito do dinheiro no global, Santos alerta:

O dinheiro regulador e homogeneizador agrava as heterogeneidades e aprofunda as dependências. É assim que ele contribui para quebrar a solidariedade nacional, criando ou aumentando as fraturas sociais e territoriais e ameaçando a unidade nacional. O conteúdo do território como um todo e de cada um dos seus compartimentos muda de forma brusca e, também, rapidamente perde uma parcela maior ou menor de sua identidade, em favor de formas de regulação estranhas ao sentido local da vida. (SANTOS, 2001, p. 104)

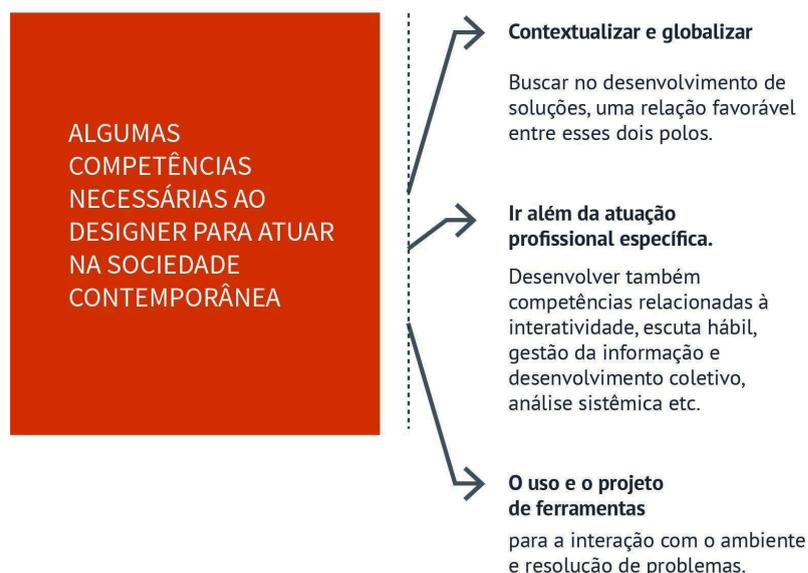
Nessa configuração, Krucken (2009) ressalta a necessidade do desenvolvimento de soluções sustentáveis que aproximem produtores e consumidores, por meio da transparência e do fortalecimento dos valores vinculados à produção e ao consumo. Destaca a importância do reconhecimento das qualidades e valores relacionados com um produto local vinculados ao território e à comunidade que ali vive, por exemplo, quanto aos recursos e ao conhecimento aplicado à produção. Os efeitos dessa visibilidade podem tornar perceptível à sociedade "a história por trás do produto" em uma perspectiva de valorização, o que pode contribuir para a proteção do patrimônio, diversidade cultural e incentivo a práticas sustentáveis nas etapas

de produção, comercialização e consumo (KRUCKEN, 2009). Seja em projeto de produto ou qualquer outro projeto de design, é indispensável pensar e projetar a partir do encontro entre corpo e lugar, não apenas situando-os espacialmente, mas a partir das interações e fricções dinâmicas desse ser e acontecer junto, que é remodelada constantemente.

### 2.3. Pensando o território como âmbito do projeto de design

Considerar o território como parte do projeto de design é, antes de tudo, um convite para considerarmos o processo tão importante quanto o resultado. Isso implica a socialização do processo projetual. Passa-se a projetar com e não apenas para, e isso requer do projetista novas competências para atuar na sociedade contemporânea e lidar com a fluidez e complexidade desta, como exemplificado no diagrama a seguir.

Competências necessárias ao designer na sociedade contemporânea



Fonte: elaborado pela autora (2023), a partir de Krucken (2008).

Analisando mais especificamente a atuação em projetos com foco no território, Krucken (2017), identifica como possíveis contribuições do designer:

- o entendimento de possibilidades do projeto, por meio da compreensão do contexto, necessidades e potenciais usuários;
- a promoção de melhoria da relação com o lugar e fortalecimento do sentido de pertencimento, através da valorização de tradições, rituais e manifestações locais;
- o apoio ao desenvolvimento de soluções junto com as comunidades, valorizando o “potencial estético e político do lugar”, e envolvendo outros atores implicados, criando “espaços de convergências”, de modo que o designer atue como um “facilitador criativo”;
- a contribuição para o resgate e visibilidade da memória e identidade do lugar.

A necessidade de ampliação do foco do projeto, de interação com diferentes contextos e a socialização da atividade projetual, acabam por fissurar, principalmente, a atuação independente do designer, direcionando a realização do projeto para atuações em rede, e também tornando evidente a ineficiência da compreensão das necessidades, potencialidades e especificidades de uma dada realidade a partir de um repertório individual e unilateral. Diante disso, fez-se necessário ao designer desenvolver habilidades que respondam a essa nova configuração, além do desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas metodológicas que viabilizem novos modos de pensar e fazer design em meio aos problemas complexos da sociedade contemporânea.

Além disso, como apresentado no debate aqui proposto, faz-se necessário agregar também a essas revisões, no pensar e fazer design e na atuação do designer enquanto projetista, a ampliação da relação entre design e território a partir do seguinte questionamento: ao falarmos em processos colaborativos de design com foco na centralidade do humano, como o território afeta e é afetado pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente nos projetos de design?

#### 2.4. Ampliando o diálogo entre o território e o design

A presente pesquisa pretende compreender como o campo geográfico participa do pensar e do fazer design, somando às reflexões já existentes e ampliando a discussão para além das contribuições do design em projetos de valorização do território ou que tenham o território como foco projetual, para um estudo em direção a pensar as implicações de uma pesquisa em design *lugarizada*, seja qual for o escopo do projeto de design.

Os estudos territoriais mostram-se, portanto, de grande importância para nutrir esse movimento do design em direção a pensar o território e o lugar enquanto componentes indissociáveis da atividade e da vivência do projeto, considerando não apenas a sua extensão, suas características, recursos materiais e potencialidades, mas também as diversas significações, fricções e vínculos ali existentes. Para Eduardo Marandola Jr:

O fenômeno lugar, pensado a partir das *lugaridades* de uma geografia-mais-que-extensiva, não se constitui a partir de sujeitos e objetos, mas de emergências, as quais entrelaçam de maneira essencial espaços, lugares e entes em ato, em uma topologia relacional que em sua presentificação acontecimental, não se

delimita a partir de uma anterioridade histórica, mas de um acontecer. (MARANDOLA, 2020, p. 10)

Tem-se então a importância de aproximação dos debates que pensam essa “grafia da terra” de modo integrado à existência humana, sua geograficidade (DARDEL, 2011), e seus desdobramentos na concepção de território e de lugar, indo além de sua classificação enquanto substantivo, antes caminhando em direção a uma reflexão sobre *lugaridade* enquanto advérbio, modo de ser e viver (MARANDOLA, 2020). Sendo assim, faz-se necessário questionar se há como falarmos de pensamento de design centrado no ser humano, movimento para o qual tem caminhado o design nos últimos anos, sem, contudo, o considerarmos juntamente às questões territoriais, em seus diferentes contextos.

Soma-se a essa influência e fluência do território sobre a vida e da vida sobre o território, citados anteriormente por Milton Santos (2001), que envolvem o trabalho, a residência e as trocas materiais e espirituais, tantas outras, como o processo educacional, abordado por Célia Xakriabá ao descrever sobre “os desafios e a importância de uma educação territorializada”. Para Célia, o contato das crianças com o barro, com a terra, é uma experiência muito importante de aproximação delas com os “dois corpos” que constituem a pertença Xakriabá, “o corpo como território e o território como corpo”. Sendo a intelectualidade indígena não restrita à elaboração feita na cabeça, antes, soma-se ao conhecimento produzido a partir das mãos, da prática e de todo o corpo; todo corpo é território e está em movimento, desde o passado até o futuro.<sup>3</sup>

Nessa perspectiva de “corpo-território” trazida por Xakriabá (2020), têm-se uma compreensão vital que percebe não apenas o território como um

---

<sup>3</sup> XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020. Disponível em <https://piseagrama.org/artigos/amansar-o-giz>

corpo pulsante, que se organiza de forma inteligente, integrada e viva, como também, percebe o corpo como território, ou ainda como “corpo (re)territorializado”:

Na formação de alianças entre nós, indígenas, mas também com nossos aliados não indígenas, nossa escola xakriabá se constrói. Trata-se de um fazer epistemológico que visa a nos construir como corpo-território em permanente processo de (re)territorialização – abertos, portanto, a uma historicidade que deve ser reativada pelas memórias que nos ensinam não só sobre o passado, mas também sobre o presente e o futuro em que continuaremos a ser corpo (re)territorializado. (XAKRIABÁ, 2020)

Esse processo de construção do corpo a partir da educação necessita desse território porque se constitui nele e isso se dá a partir de um “fazer epistemológico”, a partir da relação entre a “memória nativa” - memórias antigas trazidas por seus ancestrais - e a “memória ativa” - memórias reativadas por meio de matrizes do passado, dinâmicas, presentes ainda hoje e marcadas por processos de resignificação - estas implicarão na relação do povo Xakriabá com as “memórias do corpo-território no futuro daqueles que ainda virão.” (XAKRIABÁ, 2020). Percebe-se nessa forma de saber um entrelaçamento entre corpo, território e memória. Nele não há como cultivar ou perpetuar o conhecimento sem essa integração indissociável que envolve o modo de ser e viver a terra como o meio de construção do saber.

Ao pensarmos os diversos cruzamentos construídos nessa perspectiva ativa do “território como corpo e do corpo como território” a partir de Célia Xakriabá, na fundamentação, compreensão e desenvolvimento de um projeto de design, pode-se perceber os efeitos dessa interação localizada também na vida do designer. Fernanda Martins, ao tratar do projeto *Letras que Flutuam* – com foco no ofício dos pintores “abridores de letras” e na prática regional de identificar de modo característico os barcos ribeirinhos por meio de letras decorativas amazônicas – reflete sobre a práxis do design em “diálogo entre

diversas camadas territoriais”, uma delas o seu encontro enquanto designer paulista que se desloca e passa a viver na Amazônia.

Em meio ao relato das diferenças vivenciadas nesse deslocamento, na mudança entre habitar em uma metrópole com a dimensão, dinâmica e velocidade de São Paulo e passar a vivenciar o cotidiano de uma capital Amazônica ou de locais mais interioranos, ela relata:

Tudo novo, o ritmo, o sotaque, as comidas, sem contar com contato diário com a natureza que aqui rege os compromissos, a maneira de viver. Pode-se dizer que é um outro mundo, as cores, os cheiros, as expressões verbais, a música... e a visualidade urbana [...]. (MARTINS, 2017, p. 336)

Percebe-se que os efeitos do território implicam antes, durante e depois do processo de elaboração do projeto, não apenas no resultado projetado como também na experiência das pessoas envolvidas.

A outra camada territorial importante destacada por Fernanda em sua pesquisa é o rio:

O rio que banha Belém e demais cidades da Amazônia é indutor e condutor de hábitos, modos de ser e fazer, em um fluxo de trocas constante. Por consequência, os barcos estão presentes na vida dos moradores ribeirinhos de uma forma marcante, e não tanto do morador da cidade urbana cujo transporte é regido pelos carros. Os barcos trazem o morador para o trabalho, para comprar artigos de subsistência, transportam a produção, levam as crianças para a escola. Não apenas, o barco é uma segunda casa, deve estar sempre arrumado, deve ser seguro. (MARTINS, 2017, p. 336)

O relato da designer e pesquisadora Fernanda Martins destaca uma relação dinâmica e específica daquele território com a comunidade que o

constitui, bem como o impacto provocado em sua vivência pessoal no tempo em que esteve ali. “O rio que banha Belém e demais cidades da Amazônia” é apresentado como “indutor e condutor de hábitos” e de um “fluxo de trocas constantes”. Considerando-se a própria atividade de pesquisa em campo como uma etapa fundamental, tanto na construção do pensamento acadêmico quanto do desenvolvimento projetual no design, tem-se um atravessamento entre pessoas, território e saberes. Sendo assim, o território pode ser percebido como vivo e participante das relações e do processo do projeto, e seus efeitos vão muito além do resultado projetado.

Martins (2022), em sua participação no livro *Design e Artesanato: 22 verbos – 22 autores*, ao discorrer sobre o verbo “legar”, reflete ainda sobre a relação entre “designers-viajantes” e as comunidades locais com as quais se vinculam ao longo dos projetos e ressalta que pensar essa interação necessariamente passa por uma reavaliação do homem quanto a si, quanto a alteridade e com relação ao mundo. Através de suas vivências com as comunidades e os territórios amazônicos, a pesquisadora exemplifica um processo de aprendizagem coletivo, diverso e horizontal.

Ao escrever sobre o gesto de pesquisar, Flusser reflete que: “o próprio gesto de pesquisar demonstra ser ele ato humano: ato de ente que deseja e sofre. Não se pode pesquisar sem desejar nem sem sofrer [...] Tudo isso se passa na plenitude da vida humana, do estar-no-mundo. A pesquisa pura, a atividade eticamente neutra é gesto mentiroso” (FLUSSER, 2014, p. 48).

Nessa perspectiva, Reyes (2016) ressalta que “Não existe um olhar ‘neutro’ do projetista que reconheça no lugar seu potencial historicamente definido. Tudo é construção. E é construção a serviço de alguém”. Faz também uma pergunta importante: “Como recuperar as múltiplas narrativas do lugar que podem tomar expressões nas diversas facetas do projeto? E acrescenta o que chama de uma possível e temporária resposta: “construir o problema de

projeto [...] explicitando as diferenças ideológicas presentes no fato urbano” (REYES, 2016, p. 5-6). Pode-se pensar, então, a partir das múltiplas relações envolvendo corpo, lugar e projeto, a importância de se projetar a partir da atenção dada a esses entrelaçamentos, uma vez que eles já exercem influência um sobre o outro o tempo todo.

A presente pesquisa não pretende elaborar uma metodologia de projeto a partir da perspectiva do território e do lugar, antes, se propõe a refletir sobre as contribuições de se considerar a *lugaridade* e suas diversas relações e fricções na elaboração de projetos de design, uma vez que esta participa do modo de ser e existir das pessoas no mundo, seja em um ambiente campesino ou em um ambiente urbano, em um barco que é casa e se desloca sobre o rio, ou, ainda, na parede que é um ateliê para o estudante migrante, em uma dinâmica que influi não apenas no projeto e o que este aciona do mundo, como também na vida das pessoas que cooperam nessa elaboração, antes, durante e depois da realização do projeto.

## Capítulo 3 |

Um diálogo entre design e “geo-grafia”

Pensar concepções de território e lugar e suas inter-relações com diversas áreas de conhecimento, a partir de uma perspectiva que vá além da extensividade, é um tema importante e de grande recorrência na sociedade contemporânea em meio a um cenário de crise ambiental, discussões entre globalismo e localismo e processos de territorialização (DARDEL, 2011). Reflexões que discutam essas concepções e suas implicações são imprescindíveis para o campo do design.

O campo geográfico e suas dinâmicas participam dos projetos de design em suas diversas áreas de atuação, sejam essas implicações conscientes ou não, principalmente em um contexto globalizado e permeado por potencialidades e conflitos vinculados a questões territoriais e à crise quanto à destinação dos resíduos produzidos por processos lineares que se encontram desconectados do modo de vida sustentável que o planeta abriga.

Ainda que o designer não tenha controle sobre os desdobramentos de sua atuação, seja no campo material ou simbólico, sabe-se que ela interfere nos hábitos e conformação cultural de uma sociedade, afinal “a partir de palavras, imagens e artefatos, a sociedade humana criou um mundo de enorme complexidade, mas cuja lógica profunda permanece oculta para a maioria imensa de seus habitantes [...]” (FLUSSER, 2017, p. 13-14). Portanto, é imprescindível a compreensão de que o design atua de modo sistêmico e de que essa atuação também está situada e conectada geograficamente e transporta uma narrativa, tendo inclusive a influência e fluência do território na vida das pessoas envolvidas no projeto, e vice-versa, e tendo o designer a desafiadora tarefa, enquanto projetista, de mediar diálogos múltiplos em busca de um bem viver comum.

Como já abordado nessa pesquisa, o design vem passando por uma transição entre construções técnicas e lineares de projeto para processos colaborativos e o desenvolvimento de soluções que atendam a problemas

reais, identificados a partir das vivências em seus diversos contextos. O design projeto precisa do design vida, ou talvez nem tenha a sua razão de ser sem isso – e a vida implica os diversos modos de ser e viver.

O campo da geografia tem passado por debates importantes; por exemplo, em direção a uma perspectiva humanista e fenomenológica indo além da geografia clássica e repensando essa área de conhecimento a partir da existência humana e de sua relação com a terra. O geógrafo Eduardo Marandola Jr, explica, em entrevista ao canal *Descomplicando*, que a geografia humanista e fenomenológica, incorpora as perspectivas de como os fenômenos afetam ou aparecem para as pessoas que estão implicadas neles, e é de grande importância pois possibilitam que, nas diversas áreas da geografia, os fenômenos sejam compreendidos de maneira abrangente e articulada, uma geografia que não separa, por exemplo, a dimensão física da humana. Uma compreensão da geografia como ela é vivida e experienciada:

Pensando na geografia humanista, a fenomenologia ajuda a entender a paisagem, o lugar, e o próprio espaço, “não como algo para fora de nós, mas algo que implicam as próprias pessoas que vivem esses lugares. Por isso a gente fala que a fenomenologia, a ideia de fenômeno, é a inteireza, articula ao mesmo tempo a paisagem e o sujeito que vive essa paisagem. Por exemplo, o termo ser no mundo, que é um termo muito conhecido, propõe essa compreensão articulada das duas coisas. (Marandola, 2018)

Compreender a perspectiva das pessoas sobre como elas vivenciam os lugares tem se mostrado de extrema importância, seja por meio de estudos geográficos que auxiliem, por exemplo, na elaboração de boas políticas públicas, como também em diversas outras áreas de estudo, incluindo projetos de design. Projetar para as pessoas sem elas – e acrescento, sem pensar a *lugaridade* – é descartar a principal fonte de saber que se atualiza nas experiências, que amplia a compreensão a partir de diferentes condições e

realidades de vida e do modo como as relações se constroem em seus diferentes contextos. A dinâmica em processos e metodologias participativas de design talvez nos desafiem em uma constante abertura para novas formas de fazer pesquisa e de fazer projeto, para uma escuta com o corpo todo a partir do envolvimento; escutar todos os corpos, inclusive os não humanos, escutar a terra.

Dardel (2011) traz uma elaboração interessante sobre a geografia para a discussão aqui proposta em que a geografia, como a própria etimologia sugere, é tratada como a descrição da Terra, um texto a ser decifrado em que o conhecimento geográfico tem por objetivo desvendar os signos dessa grafia, “o que a terra revela ao homem sobre sua condição humana e seu destino”. Não como um atlas aberto, antes, [...] um “apelo que vem do solo, da onda, da floresta, uma oportunidade ou uma recusa, um poder, uma presença” (DARDEL, 2011, p. 2).

Talvez essa escuta de pessoas-território comece nesse exercício de questionar as concepções de território, espaço e lugar a partir de outros modos de pensar o campo geográfico, indo além de uma conexão entre campos técnicos teóricos e reconhecendo em diversos saberes e na vivência a relação homem-terra em sua condição essencial. Para tanto, combinamos aqui o conceito de *geograficidade*, fundamentado em uma percepção geográfica mais que extensiva, e a construção de um diálogo que reflete como o campo geográfico participa do pensar e do fazer design, com foco na relação entre a atividade projetual e o conceito de *lugaridade*, fundamentais para a construção de caminhos para um design lugarizado, percurso proposto pela presente pesquisa.

### 3.1. *Geograficidade, lugaridade* e uma geografia mais que extensiva

Dardel apresenta o desenvolvimento da ciência geográfica no século 19 como uma das manifestações do espírito moderno no ocidente cuja aspiração por poder ansiava se estabelecer nas “dimensões do mundo exterior” utilizando da medição, do cálculo e da análise para se apropriar do universo. Uma “Geografia universal preocupada em compreender o mundo *geograficamente* em sua extensão e suas ‘regiões’, como fonte de forças e horizontes da vida humana”. Defende, porém, que a história evidencia uma “geografia em ato”, uma “vontade de conhecer o desconhecido”, uma “inquietude geográfica” que antecede o geógrafo e sua preocupação com a ciência exata e que precede e sustenta a ciência objetiva. “O Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma *geograficidade* (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2011, p. 1-2).

Em busca dessa ligação homem-terra que é efetiva e anterior à figura do geógrafo e aos interesses da ciência exata, destacamos aqui uma das importantes contribuições de Dardel para a história da geografia: o conceito de *geograficidade*, o pensamento sobre a dimensão espacial da existência. A compreensão de uma geografia que vá além da dicotomia que separa homem-terra, antes, uma cumplicidade no ser, um elo fundamental da experiência humana sobre a terra, um “vínculo irremediável, irremissível da realidade geográfica” (DARDEL, 2011).

Eduardo Marandola Jr., explica brevemente em entrevista a importância do conceito de *geograficidade*, proposto por Dardel, destacando que o mesmo busca expressar que o fundamento da própria existência humana é substancialmente terrestre e que a geografia, enquanto ciência preocupada como essa relação, se dedica a esse elo fundamental que os seres humanos, seres terrestres, têm com a natureza física do planeta. Porém, sem separar

cultura e natureza como coisas distintas. Essa perspectiva tem sentido mais profundo; nela, a terra também tem uma língua, também se expressa. Esse elo na relação homem-terra da *geograficidade*, se manifesta nos humanos – que são terra e seres humanos – e se manifesta na terra, que também é a expressão dessa relação. Não há como pensar o ser humano sem pensar sua condição terrena, e pensar na terra implica considerar a condição humana (Marandola, 2018).

A importância da *geograficidade* para o design está intimamente ligada à importância da experiência humana para o projeto, uma vez que essa experiência, segundo Dardel (2011), é fundamentalmente terrestre. A *geograficidade* tem uma enorme contribuição, não apenas por não dissociar cultura e natureza, possibilitando uma compreensão geográfica integrada que é, ao mesmo tempo, natureza e ser humano, como também na compreensão de que tanto os seres humanos como a terra se expressam e são expressões dessa relação íntima. Se nessa compreensão, a geografia é percebida como uma ciência que se preocupa com essa relação humana-terrestre, o design, enquanto campo de conhecimento multidisciplinar parece ser convocado a atender para a *geograficidade* como uma contribuição imprescindível para pensar e desenvolver projetos que atendam a pessoas-territórios.

Apesar da *geograficidade* propor uma geografia mais que extensiva, o pensamento e a prática de uma geografia por essa perspectiva é, porém, um grande desafio. Marandola (2020), destaca, por exemplo, que apesar dos esforços em diferentes perspectivas, há uma persistência em manter o lugar restrito a um sentido de localização geométrica formal. Parece haver uma dificuldade para que as discussões que questionam e proponham outras abordagens repercutam de modo mais amplo na forma como concebemos o lugar. Há uma insistência em concepções de espaço e do lugar que remetem ao espaço absoluto e à extensividade. Passando por alguns aspectos importantes dessa discussão, como as implicações da separação ontológica

moderna entre *res cogitans* (a interioridade, o intensivo) e a *res extensa* (a externalidade, o extensivo), e outros fundamentos de uma compreensão moderna do conhecimento centrado no sujeito, bem como seus impactos para a geografia, Marandola reforça as possíveis implicações de algumas discussões e caminhos teóricos já abertos que buscam de diversas maneiras ir além dessa perspectiva, visando nesse debate estimular “a radicalidade de uma topologia como geografia das emergências a partir do lugar como modo de ser, ou seja, *lugaridade*” (MARANDOLA, 2020, p. 1).

Para ilustrar a reflexão proposta, Marandola (2020) traz como exemplo o acontecimento de um seminário acadêmico, na qual cita alguns elementos dispostos nessa situação, como ar-condicionado, janelas, uma mesa com a função de púlpito, cadeira, o público que assiste, as interações como sorrisos, cochilos, perguntas e comentários em notas, no celular ou audíveis etc., descrevendo “uma materialidade disposta que ao mesmo tempo dispõem. Uma tonalidade afetiva, uma corporeidade própria, uma intencionalidade. Um conviver, um hábito, uma prática cultural, um costume”. Ou seja: tudo aquilo que conhecemos pelas vivências como **o lugar “seminário acadêmico”**, e problematiza: “Ou deveria me referir ao **lugar do seminário acadêmico?**” (MARANDOLA, 2020, p. 3, grifos nossos).

Marandola (2020) destaca que o uso ou não da preposição “do” nas frases acima é um indicador da aceitação do seminário acadêmico como lugar ou, de outra maneira, revela a posição do seminário acadêmico na condição de um evento que necessita de “um lugar” para acontecer, nesse caso, um auditório. Outra elaboração sobre a mesma situação aparece a partir da necessidade de uma pessoa, presente nesse contexto, responder a alguém por mensagem, onde ela está naquele momento. Como responderia? Seria essa resposta referente ao auditório, especificando numeração, nome e localização (bairro, cidade, estado), ou diria o nome do seminário que participa? Destaca com isso que as respostas possíveis principiam diferenças na compreensão da

função da espacialidade na experiência e na compreensão do ser humano e sua existência (MARANDOLA, 2020).

A reflexão incitada nesse exemplo em torno do uso ou não da preposição “do” nas frases enunciadas permite uma análise que revela diferentes modos de compreender a relação entre vivência e espacialidade que, além de usar um exemplo do universo acadêmico, também em estudo na presente pesquisa, demonstra a vinculação existente entre o modo como percebemos as experiências geográficas e o uso da linguagem, aspecto valorizado por Marandola ao sugerir a necessidade de flexionar o termo “lugar” em “*lugaridade*” como forma de dissociar a concepção de lugar dos vínculos herméticos objetificantes e ligado à extensividade, presentes nas estruturas do pensamento moderno.

No entanto, fazendo um recorte específico sobre a postura da geografia nestes debates, Marandola (2020) considera que ainda exista um posicionamento incompleto e impreciso, havendo ainda:

[...] uma reprodução de sentidos e sentimentos de um sujeito egóico que não sofre nenhum abalo, orientado para o dever ser e para o sido, de um lado, e para um espaço e um lugar que são a completa exterioridade como extensividade, como espaço absoluto, como espacialidade geométrica e que está no polo oposto a qualquer percepção ou subjetividade, de outro (mesmo que ligado por laços afetivos ou sentimentos de pertencimento). Reproduzimos também aquela perspectiva do ser mediano, que justamente por não se perguntar pelos modos de ser, reproduz uma visão eurocêntrica, masculina e de classe média: o ponto neutro de uma ontologia tradicional. (MARANDOLA, 2020, p. 6)

Isso ocorre mesmo após a incorporação da perspectiva da experiência e da existência por parte do movimento humanista. A referência ainda continua sendo a captação dos sentidos pelo sujeito, sem considerar, no entanto, as consequências desse foco e, por conseguinte, da objetificação do geográfico,

entregue à completa exterioridade da *res extensa*. Tal situação torna-se ainda mais sensível em investigações de situações e realidades geográficas (os lugares, regiões, paisagens, territórios...), levantando um questionamento sobre o quanto as pesquisas acabam trazendo os próprios pesquisadores e não o “‘mundo’, ‘ser-no-mundo’, como aquele que está para além da cisão ontológica sujeito-objeto” (MARANDOLA, 2020, p. 5-6).

Diante disso, é importante destacar na análise proposta pela presente pesquisa, ao relacionar design e “geo-grafia”, o impacto prático da objetificação do geográfico, no risco de reprodução da perspectiva do ser mediano e de uma autorreferência, diante da ausência de compreensão dos modos de ser na prática profissional do designer, na realização de estudos e pesquisas e, portanto, na geração de conhecimento e fundamentação de soluções projetuais.

Se há uma resiliência na extensividade e uma influência forte do pensamento moderno e da cisão sujeito-objeto que opera, ora com foco na exterioridade e ora com foco na interioridade, sem, contudo, deixar de relegar o espaço e o lugar a condição de objetos exteriores, qual seria o caminho para essa percepção do lugar que potencialize a multiplicidade dos modos de ser e que se dê a partir das emergências?

Para isso, Marandola destaca a necessidade da experiência geográfica realizar-se no espaço entre, portanto, nem na interioridade, nem na exterioridade, e destaca que essas categorizações polarizadas são problemáticas para a linguagem e dificultam lidar com a questão posta, pois escondem ainda em si uma preocupação direcionada para o sujeito, sendo este quem experiencia, quem existe e quem conhece geograficamente. Diante disso, sugere pensar a problemática da própria nomeação: lugar e espaço, endereçando a questão para um problema de linguagem. Como os movimentos na crítica à modernidade ainda acontecem com e por suas

categorias, talvez seja preciso realizar ajustes na linguagem para deslocar o sentido ontológico do lugar da separação absoluta, pontual ou relativa do espaço enquanto extensividade. Para tanto, propõe flexionar o lugar em *lugaridade*, como recurso para pensar de forma mais aguda, para além da cisão ontológica moderna. De outra maneira, o fenômeno lugar, pensado a partir das *lugaridades* de uma geografia-mais-que-extensiva, não se constitui a partir de sujeitos e objetos, mas de emergências, as quais entrelaçam essencialmente “espaços, lugares e entes em ato”, em uma topologia relacional que se delinea em sua “presentificação acontecimental” (MARANDOLA, 2020).

Retornando à ilustração trazida por Marandola como exemplo prático, a *lugaridade* assim compreendida poderia nos ajudar a pensar o seminário acadêmico em sua manifestação múltipla, a qual sinaliza o esforço no campo da linguagem para não entificar ou objetificar os seres-no-mundo, seja tratando-os como sujeitos, seja como objetos (MARANDOLA, 2020). Na presente pesquisa, as reflexões em torno da *lugaridade* instigam a discussão sobre a ampliação de percepção a respeito da relação design-território e pessoa-lugar, a partir de uma compreensão geográfica não objetificada, mais-que-extensiva, não autocentrada e que compreenda o lugar como modo de ser, e além disso, o impacto dessa compreensão no fazer projeto, no fazer design.

### 3.2. Como o campo geográfico participa do pensar e do fazer design?

O diálogo aqui proposto entre o campo geográfico e o design é motivado por reflexões em torno de como a *geograficidade* e a *lugaridade* implicam diretamente no conhecimento e práticas que nutrem mudanças importantes na geografia e que podem trazer também grandes contribuições para o pensamento e prática do design. O campo geográfico não apenas se aproxima do design em processos colaborativos para discussões de projetos que

envolvem territórios e comunidades específicas, ele participa de toda interação vital. Para Holzer (2013):

A *geograficidade*, que expressa a materialidade do espaço geográfico, é compartilhada em nossas vivências cotidianas com a *lugaridade* que, por sua vez, expressa exatamente essa relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos que, como pausa, como convivência íntima, arrumam e delimitam os espaços. (Holzer, 2013, p. 24)

Em vista disso, se a expressão da *geograficidade* e da *lugaridade* estão fundamentalmente ligadas ao espaço geográfico, seja em sua materialidade ou revelando a relação dialógica dinâmica entre os seres em movimento com os lugares e em seus encontros, organizações e vivências, vale destacar a importância do modo como o espaço é compreendido, visto que essa dimensão implicitamente molda nossas cosmologias estruturantes, modula nosso entendimento de mundo, nossas atitudes diante do outro e nossa política, além de afetar também nossa compreensão sobre a globalização, a forma como tratamos as cidades e como construímos e praticamos um sentido de lugar (MASSEY, 2008).

Dardel, por exemplo, diferencia o espaço geométrico do espaço geográfico onde, enquanto a geometria opera sobre um espaço abstrato e vazio e admitindo todas as combinações, o espaço geográfico “possui um horizonte, uma modelagem, cor, densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita ou resiste” (DARDEL, 2011, p. 2). Dentre as diversas possibilidades de reflexões a partir dessa percepção, pode-se destacar a participação do espaço geográfico expresso através das ações “limitar” ou “resistir”, diferente da passividade anunciada pelo vazio e suscetibilidade do espaço geométrico.

Ao questionarmos anteriormente se é possível considerarmos a centralidade do humano no projeto de design (uma tendência percebida nos

últimos anos), sem, contudo, considerarmos juntamente com isso a terra, a resposta para essa pergunta é *sim*, se essa análise for fundamentada em uma perspectiva antropocêntrica e dicotômica na relação humano-terra e em uma percepção geográfica objetificada e reduzida à extensividade. No entanto, caminhamos aqui no contraponto a essa ideia, adotamos na presente pesquisa a concepção de Dardel (2011), a partir da *geograficidade*, compreendendo a terra como uma base que não apenas fundamenta a consciência humana como também se mescla a ela, “antecedendo toda objetivação”. É para o homem “aquilo que ele surge no ser”, e também um alicerce sobre o qual ele constrói suas obras, de onde vem os suprimentos que necessita (DARDEL, 2011), entre outras relações das quais participa. Além disso, a presente pesquisa caminha conduzida por um sentido de lugar concebido a partir da *lugaridade*, de uma geografia mais-que-extensiva, construída a partir das emergências que se manifestam no entrelaçamento entre espaços, lugares e entes em ato, por meio de um acontecer e não restrita a uma anterioridade histórica (MARANDOLA, 2020). Sendo assim, dentro do percurso que vem sendo construído neste estudo, a resposta à possibilidade de projetar para humanos sem, contudo, considerar a terra parte importante que o integra e vice-versa, é negativa.

Além de pensar a essencial relação humano-terra e os diferentes sentidos de lugar nas experiências geográficas, é imprescindível pensar também o impacto das relações de poder envolvidas nos movimentos, arranjos e limites instituídos, que envolvem as questões territoriais, a perspectiva da disputa como prática de vida e as graves implicações disso.

Ailton Krenak frisa que a lógica criada pelo ocidente de demarcar território, de enquadrar as formas de vida dos povos originários provocou danos irreversíveis às nossas formas de estar no mundo, danos recorrentes devido à falta de um bom encontro que possibilite reconciliar essas perspectivas de mundo em disputa. “Pensar o mundo pela lógica das disputas

virou a razão da humanidade, como se essa ideia tivesse uma natureza própria. [...] o verbo disputar virou verbo vida, passou a nomear o princípio das coisas do mundo”. Alerta ainda que a continuidade desse entendimento de mundo seguirá produzindo terríveis incidentes admitidos e empenhados em nome do progresso, da evolução, e nessa configuração, a única expectativa de horizonte possível será a banalização e o desprezo pela vida (KRENAK, 2020). Refletindo também sobre a aplicação dessa lógica nas vivências, Krenak complementa:

[...] o que escolhemos comer, vestir, fazer, plantar, criar, tem relação com tudo isso, mas, ao invés de ser habitado, o mundo passou a ser disputado, como se nós tivéssemos recebido o mundo para isso: para uma grande e infinita disputa. Quando defendo que precisamos voltar a sonhar é porque precisamos acreditar na criação de uma inteligência sutil, movente, para permitir que a vida, em sua diferença, coexista. (KRENAK, 2020, p. 21)

O diálogo entre o campo geográfico e o design se dá em uma junção de esforços para compreendermos o projeto como esse encontro onde as interações são direcionadas a reconciliar as diversas perspectivas de mundo, contrapondo o sentido da disputa, em um movimento de retorno ao verbo viver, conviver e às práticas profissionais e cotidianas para ser possível voltar a sonhar coletivamente, como apresenta Krenak (2020), para que seja possível voltar a acreditar na criação de uma inteligência sutil, movente e que permita que a vida coexista em sua diferença, pode-se dizer também, a partir das *lugaridades*, da multiplicidade dos modos de ser que se realizam na relação íntima e dialógica ser-lugar.

Há um poema da artista Mana Bernardes, que foi convocado pela memória desta pesquisadora nesse trecho de escrita, e que se une a esse desejo de fissurar as dicotomias humano-terra, interioridade-exterioridade, em

movimentos de retorno à diversidade que a vida integra e à capacidade de sonhar coletivamente, aproximando o “dentro” do “fora”.

O oceano e os rios são deitados.

O corpo que não deita perde a moral dos rios e oceanos.

As veias, vísceras, artérias e todos os órgãos são cheios de canais afluentes de líquidos.

Vermelho é o que por eles, sangue, é o que por nós, vida.

E o tambor? Eterno-coração, bombeado de um mix paradoxal entre coisas-ninho e coisas-galho.

Tem também a falta de ritmo, o exagero e a falta de emoções que são iguais, resfriam o coração que resfria o corpo todo.

Mas o que enrola é a falta de sonhos, que faz desaquecer de vez o olhar para as coisas e para as pessoas

E olhar frio é melhor não existir.

O lugar desconhecido é gigante e precisa de olhar caloroso

E sonhar é igual não afastar o dentro do fora

“A moral dos órgãos nos sonhos” - Mana Bernardes<sup>4</sup>

O campo geográfico participa do pensar e do fazer design no debate aqui proposto à medida que reforça o vínculo irremissível humano-terra, ao provocar a atenção para os diálogos que emergem das múltiplas interações que relacionam lugares e entes cotidianamente, integrando saberes de diversas naturezas e restaurando a possibilidade de sonhar e de construir conhecimento e práticas que possibilitem que a vida se manifeste em suas múltiplas formas, aproximando o “dentro” do “fora”, a teoria da prática e o projeto da escuta dedicada e da vivência que se atualiza.

---

<sup>4</sup> BERNARDES, Mana. A moral dos órgãos nos sonhos. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CcyCbEOOhSY/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

Falta um pé de umbu, um pé de  
cambucá pra me sentir em casa.

Jamille Payayá

### 3.3. Construindo um diálogo entre design e *lugaridade*

Aproximar design e *lugaridade*, ampliando a relação entre design e território para além do desenvolvimento de projetos com foco na valorização do território e suas comunidades, nos permite refletir de modo mais abrangente sobre como o conceito de *lugaridade* se relaciona com a atividade projetual colaborativa de design em seus fundamentos, e considerando qualquer realidade que se pretenda atender por meio do design.

Enquanto a *geograficidade* nos faz repensar a relação homem-terra de modo não dicotômico, de modo contrário, enquanto vínculo indispensável, a *lugaridade* nos conduz ao sentido de lugar considerando como fundamental à necessidade contemporânea de fissurar o ego autorreferente, na abertura para o Outro e o diferente, para evitar que o lugar seja “o templo do ser mediano que se coloca como universal e medida do dever-ser. A *lugaridade*, como emergência topológica, pode nos ajudar a pensar de forma situada essas *geograficidades* que não se dão no espaço, mas que se constituem como espaços-entre a partir de relações de *lugaridades* existencialmente significadas em sua multiplicidade, coexistência e conflitividade” (Marandola, 2020, p. 10).

A aproximação entre o conceito de *lugaridade* e o design potencializa a percepção do projeto a partir das emergências, da multiplicidade dos modos de ser, da necessidade de fissurar o ego autorreferente, da abertura para o outro, para o diferente. Entendendo a construção do projeto como um processo permeado por constantes interações e interferências.

Como segue explicando Marandola a partir da *lugaridade* (2020):

Poderíamos pensar que lugar é modo de ser, expresso pela lugaridade. Isso não implica trazer para a pessoa ou para o si, pois ser se manifesta nos entes, na mundanidade do ser-no-mundo. Modos de ser seria irrupção, vida, pulsação, movimento, encontro,

reunião, copertencer, tensionamento, transpassamento, embate.  
(Marandola, 2020, p. 10-11)

As possíveis contribuições da compreensão sobre lugaridade para o projeto de design ainda seguem ao incitar a não generalização que induz à concepção de pseudossoluções padronizadas, sem fundamentação na vivência, o reconhecimento de valores e problemas reais, identificados coletivamente a partir de seus contextos específicos, de um saber situado, das relações essenciais humano-terra, que não se limitam à extensividade; antes, acontecem a partir dos diálogos, da existência – seus significados, compartilhamentos e fricções. Pensar caminhos para um projeto de design lugarizado é pretender ativar as dinâmicas que conferem ao projeto amplitude à medida que permite que este seja nutrido e nutra por meio da terra, assim sendo meio de comunicação e aprendizado nessa relação. Além disso, Marandola (2020) ressalta também que “a dobra na linguagem para a *lugaridade* pode ajudar a pensar e a expressar em termos de modos geográficos de existência, [...] os modos de ser-e-estar-no-mundo, incluindo aí a multiplicidade de entes, para além do ser humano (MARANDOLA,2020, p. 11).

Um dos aspectos fundamentais do fazer projeto são as escolhas imersas no processo e isso inclui o que será considerado como parte do projeto, as escutas, os grifos, as prioridades, os valores, os riscos, as perspectivas adotadas, as negociações necessárias, decisões muitas vezes caracterizadas aqui por sua necessidade de elaboração crítica coletiva e sistêmica. É indispensável pensar a partir da geograficidade e da lugaridade essa abertura para a alteridade e para os diversos modos geográficos de existência, que é múltiplo tanto nos modos de ser e estar no mundo quanto na multiplicidade dos entes que participam dessa relação dialógica, assim, pensando fora da

centralidade humana, que por vezes desumaniza e compromete outros modos de vida.

Vale ressaltar que os debates sobre lugaridade não pretendem desestimular falar de lugares específicos, aqueles que aparecem como “presença à vista” na extensividade, uma vez que eles estão aí. É necessário, porém, compreender os modos de ser que se articulam e se tencionam, a fim de possibilitar uma geografia para além da extensividade, mas também com ela. Além disso, Marandola (2020) frisa que a perspectiva tratada por ele ainda precisa ser trabalhada e refletida, “é uma dentre várias que se orienta para os espaços-entre (entridade), para os limites e dobras da linguagem, para uma topologia do ser e para os enfrentamentos contemporâneos acerca da identidade, da diferença e do colonialismo, que colocam a perspectiva radical do Outro como central em todos estes enfrentamentos (MARANDOLA,2020, p. 11).

Pensar a *geograficidade* através de Dardel, a *lugaridade* a partir de Marandola, pensar uma perspectiva de mundo que não seja a partir da lógica da disputa, mas pela necessidade de voltar a sonhar e acreditar na possibilidade de criação de uma inteligência sutil, movente e que possibilite a vida em suas múltiplas formas de existir, lembradas por Krenak. Pensar essa capacidade de sonhar a partir da aproximação entre dentro e fora, e da fissura das tantas dicotomias que segmentam o pensamento e dificultam construções coletivas integradas, ou, ainda, o relato da necessidade de um pé de umbu e um pé de cambucá para que Jamile Payayá possa sentir-se em casa, nos lembram que o caminho para pensar um projeto de design lugarizado não está dado, é emergente. Está na aproximação das múltiplas formas de saberes que não limitem o projeto nem ao designer, nem aos jogos de poder hegemônicos, nem mesmo à centralidade humana; que não reduzam a importância e a responsabilidade de criar junto e projetar a partir de uma escuta ampliada. Dentro do entendimento de que o sentido de lugar não é apenas uma

concepção classificatória dos estudos geográficos, antes, o sentido de lugar é praticado cotidianamente e reflete em todos os aspectos da existência individual e coletiva.

# Capítulo 4 |

Método e Estudo de caso

#### 4.1 Apresentação da metodologia

Para o desenvolvimento da presente pesquisa optou-se pelo método de Revisão Bibliográfica para contextualização do tema. Essa etapa consiste em estudos que possibilitam o levantamento e revisão da literatura relacionada ao tema de interesse, de modo coerente e integrado, além da identificação de lacunas, contrapontos e convergências, bem como fundamentação para a elaboração de uma pergunta de pesquisa relevante para a área de conhecimento em questão. Faz-se necessário conhecer e analisar o estado da arte do tema em estudo, agregando o conhecimento disponibilizado em trabalhos antecedentes, permitindo assim o aumento de chance de efetividade e contribuição da investigação que se inicia (SANTOS, 2018).

Na presente pesquisa, essa etapa compreende reflexões sobre a ampliação do foco do projeto de design, a socialização da atividade projetual e discussões que relacionam design e território. Além disso, pretende-se ampliar a percepção de território e lugar e compreender as implicações dos mesmos no modo de ser e viver, através dos conceitos de *geograficidade* e *lugaridade*.

Optou-se também por uma abordagem teórico-prática por meio de um Estudo de Caso, método de pesquisa de natureza empírica, cuja investigação do fenômeno acontece em seu contexto real de vida (SANTOS, 2018). Esta etapa tem por objetivo investigar os efeitos do deslocamento na experiência educacional dos alunos migrantes integrantes do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia.

A pesquisa possui abordagem qualitativa e utiliza-se dos seguintes processos metodológicos:

Entrevistas em profundidade: método de pesquisa de campo com abordagem participativa, utilizada como metodologia de design de serviço, que ocorre por meio de conversas semiestruturadas. Consiste em uma técnica de pesquisa

qualitativa para a realização de entrevistas individuais intensivas a fim de entender as diferentes perspectivas sobre um determinado assunto. (STICKDORN, MARC et al., 2013).

Essa etapa de pesquisa tem por objetivo investigar quais os efeitos do deslocamento na experiência de aprendizagem desses estudantes, tendo como questionamentos iniciais a relação deles com os seus territórios de origem e de destino; principais dores e ganhos de um(a) pós-graduando(a) migrante (se houver); identificar se foi necessário implementar soluções ou recursos para atender às demandas provocadas pelo deslocamento (se sim, quais?); e se existe alguma relação entre o deslocamento e a produção acadêmica desses estudantes.

Método de visualização, síntese e análise de dados: nesta etapa propõe-se a construção de um mural de pesquisa (STICKDORN, MARC et al., 2013), que viabilize uma interação colaborativa. Para isso, foi utilizada a plataforma Miro, um mural digital que possibilita a participação e a interação coletiva em tempo real, por meio de recursos gráficos, a fim de dinamizar e diversificar as contribuições (upload de imagens, vídeos, notas etc.). Esse método permite identificar as convergências, divergências e especificidades das informações relacionadas aos seus contextos, e proporciona um espaço de compartilhamento, permitindo o acompanhamento da construção coletiva do painel.

4.2| Estudo de caso: reflexões colaborativas com alunos do PPGAV-UFBA sobre os efeitos do deslocamento na experiência educacional.

Diante da escolha por uma perspectiva colaborativa de design, optou-se por uma metodologia com abordagem teórico-prática que possibilitasse a escuta de pessoas que precisaram se deslocar durante a pós-graduação, entre 2020 e 2022, em meio à pandemia de Covid-19, o plano

de fundo no qual este estudo se desenvolveu e um cenário que aguçou a percepção individual e coletiva a respeito das nossas relações com os lugares e as possibilidades e limitações de deslocamento.

A escolha pela comunidade acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia se deu primeiramente pelo vínculo com a própria experiência de deslocamento vivenciada pela pesquisadora, enquanto mestranda pertencente a este programa, e também pela percepção da mesma de vivências semelhantes relatadas por outros estudantes.

A opção por mestrandos e doutorandos foi feita pela frequente necessidade de deslocamento presente nessa modalidade de ensino na busca desses estudantes por caminhos mais promissores para os seus estudos, condição ainda mais acentuada diante da necessidade de uma nova dinâmica entre aulas presenciais e híbridas, entre ensino remoto e um retorno progressivo aos espaços compartilhados da instituição e demais espaços da cidade, vivenciados em meio à pandemia. Por fim, tem-se como fator importante para essa escolha a intenção de agregar futuramente à esta pesquisa a escuta de professores e outros integrantes da comunidade acadêmica do PPGAV-UFBA, o que seria mais viável devido ao tamanho compacto deste programa. A integração de diversas perspectivas parte da compreensão de que o projeto colaborativo de design tem como premissa a escuta das diversas pessoas envolvidas na realidade em estudo, sendo elas participantes imprescindíveis tanto da compreensão do problema em questão, quanto do desenvolvimento de possíveis soluções.

As entrevistas – que aqui serão chamadas de conversas semiestruturadas – e as ações colaborativas foram, em primeiro momento, realizadas com alguns estudantes de mestrado e doutorado do PPGAV-UFBA. A dinâmica da pesquisa foi estruturada em três etapas: o primeiro momento consistiu em uma apresentação da proposta e do objetivo da pesquisa e na

realização das conversas semiestruturadas, a partir de cinco questionamentos básicos:

- Quais os efeitos do deslocamento em sua experiência de aprendizagem enquanto pós-graduando(a)?
- Qual a sua relação com os seus territórios de origem e de destino?
- Quais as principais dores e delícias de uma pós-graduando(a) migrante (se houver)?
- Foi necessário implementar soluções ou recursos para atender às demandas provocadas pelo deslocamento? Quais?
- Existe alguma relação entre o deslocamento e sua produção?

Os encontros foram realizados por meio da plataforma do Google Meet devido à condição de deslocamento tanto da pesquisadora quanto de alguns participantes que se encontravam ainda em suas cidades de origem devido ao período de recesso acadêmico.

O segundo momento da investigação consistiu em um compartilhamento de notas dispostas em um painel colaborativo online na plataforma MIRO. O painel foi separado em cinco áreas, cada uma contendo um questionamento base dentre os acima mencionados. As contribuições dos(as) entrevistados(as) poderiam ser inseridas por meio de post-its digitais disponibilizados pela plataforma, além de outros recursos como inserção de imagens, vídeos, links, da reorganização dos elementos presentes na área de trabalho, dentre outros.

O terceiro e último momento consistiu em um compartilhamento de produções ou outros documentos mencionados pelos participantes durante as conversas mediadas da primeira etapa, além de registros de lugares em que

habitam e/ou habitaram nesse processo de deslocamento durante a pós-graduação, relacionados à sua rotina e modo de fazer pesquisa. Para esta coleta foram disponibilizadas pastas do Google Drive.

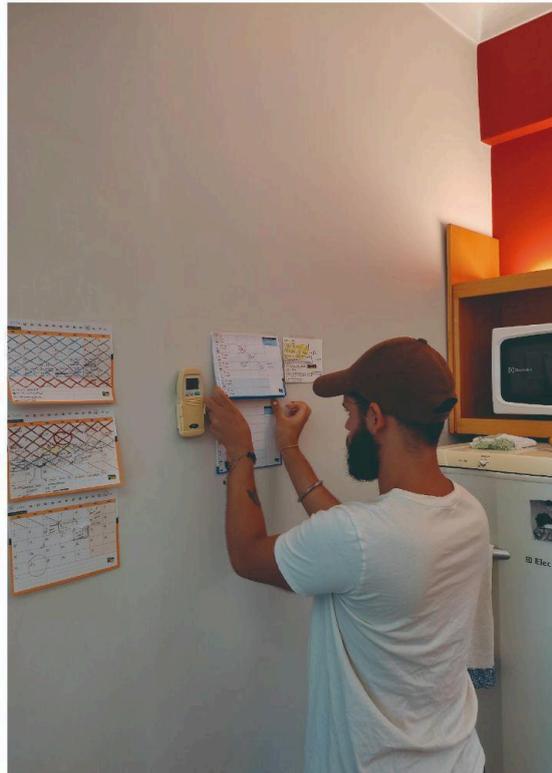


deslocamentos  
descolamentos  
desdobramentos

Quem escolheu meu  
percurso para  
trabalho de campo  
no mestrado, foi  
uma carranca  
encontrada na rua.

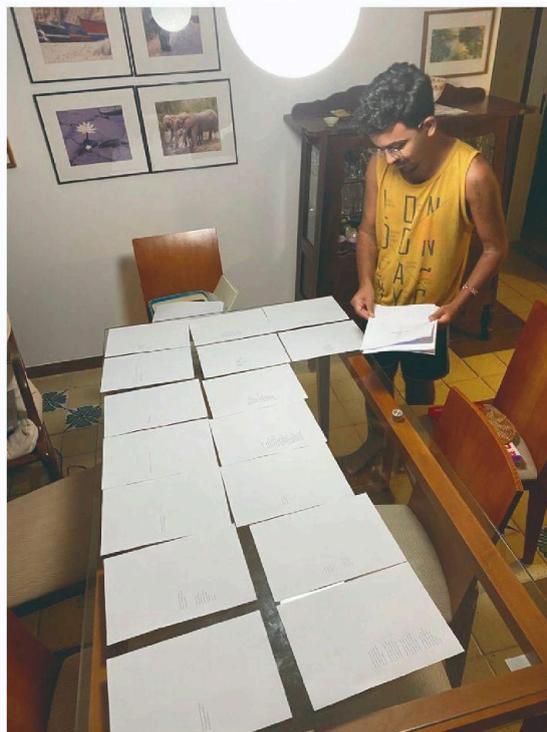


Registro disponibilizado por Natália. G,  
representando sua relação entre o deslocamento,  
habitação, modo de viver e fazer pesquisa.  
Fonte: Natália. G, 2023.



pensar numa  
aprendizagem  
descentralizada

passa-se a pensar a  
partir de uma  
metodologia dos  
encontros, entendendo  
o trânsito nesse  
território como  
ferramenta de criação



Registros compartilhados por Matheus de Simone e Rafael Amorim. Imagens que representam sua relação entre o deslocamento, habitação, modo de viver e fazer pesquisa.  
Fontes: Matheus de Simone e Rafael Amorim.

r diante do conhecido

perder o chão

levo o mesmo deslocamento para tudo, para casa, para a pesquisa

escolho não ficar refém dele, de ter sido deslocado, e escolho me deslocar também

minha experiência com pesquisa e ensino-aprendizagem sempre se deu em deslocamento

multo por conta de acesso ao ensino e a oportunidades, pela distribuição de recursos na cidade e políticas públicas que nem sempre consideram os interiores

quando estabeleço que o deslocamento é, então, meu procedimento de leitura e escrita das cidades-publicações pelas quais caminho, vejo meu corpo como um marca-texto

Descoberta de novas possibilidades para a pesquisa, estudo masculinidade, e a saúde mental do homem está totalmente atrelada ao tema. A "solidão do homem" é algo que passei a pesquisar com mais intensidade.

O contato com o mar ajuda nas reflexões e na melhora da saúde mental.

Relacionamento com outros pesquisadores e temas que eu certamente não teria caso estivesse em outra localidade.

Abalo na saúde mental, já que poucos laços afetivos fortes foram desenvolvidos.

Assim como a discussão da saúde mental, a discussão sobre a masculinidade do homem preto se tornou um tema mais forte em Salvador.

O tempo para pesquisa/ produção é reduzido devido a necessidade de executar tarefas domésticas para a sobrevivência. Dividir as tarefas, assim como eu fazia em SP, ajudaria nessa "economia de tempo".

Necessidade de um trabalho informal para complementação de renda - o que impacta diretamente na produção.

Rio de Janeiro p/ Salvador

Em Salvador: percursos entre Ribeira, Canela, Ondina e Porto da Barra

ampliação do campo de referências

aspectos do território de destino passam a aparecer na pesquisa

a qualidade do tempo de pesquisa e de trabalho passa a ser maior, visto que o deslocamento para outro estado implica em dedicação exclusiva

pensar numa aprendizagem descentralizada

passa-se a pensar a partir de uma metodologia dos encontros, entendendo o trânsito nesse território como ferramenta de criação

maior envolvimento com outras pesquisas que se deslocam pela cidade e suas implicações

Distância dos colegas e dos professores.

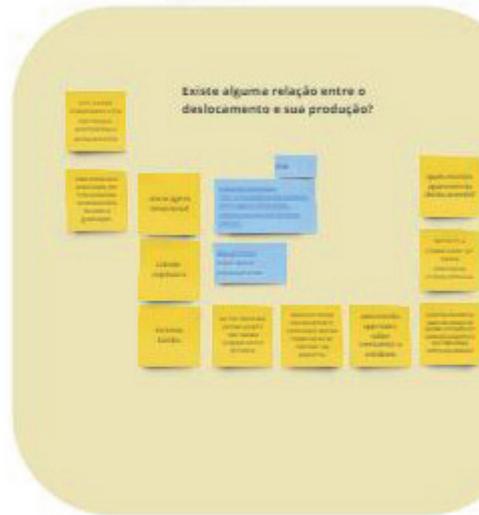
Falta de suporte remoto adequado do colegiado.

Não acesso às instalações da universidade.

sensação de não pertencimento e dificuldade de adaptação no território novo.



FAÇA VOCÊ MESMA SEU TERRENO BALDIO



Conversa cf Joubter [27 03 23]

Começar o momento

~~ANÁLISE~~

O deslocamento tem sido nossa respiração

「A GENTE NUNCA É A GENTE QUE VEM SENDO」

Apitos que abram

A RESPIRAÇÃO DO DESLOCAMENTO

produção a partir da experiência

COLABORAÇÃO

BALDIO PRESENTE

o deslocamento motiva mudanças

FALA ENQUANTO LABORATÓRIO

- conteúdo geral - RJ -> SSA (UFRJ-laboratório)
- implicação do deslocamento no trabalho



Obra: *Palavras-chave*. Caneta  
esferográfica sobre atlas geográficos,  
(2020-2022).

Obra e fotografias: Rafael Amorim.



Exercício para terreno baldio, 2023, e *post-its* da participação dos estudantes através do mural colaborativo (MIRO).  
Fonte: Acervo do autor.

Calendário Semanal

MÊS:  
OUTUBRO / NOVEMBRO

Notas

214  
MARCAR  
DE ESTÚDIO  
DE SOM.

Stick  
Note

06/10 — 13/11 :

POSTES # 2

VITÓRIA # 2 a # 7

CHÃO NA CABEÇA (+ 20)

GEMAS # 1 a # 7

LENCINHOS DE CAMBRAIA # 1 a # 15

MURAGENS # 2

LIVRO (SOM) HIPERBÁRICO

LIVRO - ESCULTURA PEIXE - PESCADOR

~~POSTER # 1~~

14/11 — 16/12:

MURAGENS SÃO PAULO (OURO) - ESCULTURAS

MÓBILES:

CEROL (ESCULTURAS) # 7



### 4.3| Análise e considerações

As informações coletadas por meio das entrevistas e contribuições colaborativas realizadas com os estudantes do PPGAV foram analisadas conforme os pontos de convergência, divergência e especificidade dos relatos, de acordo com seus respectivos contextos.

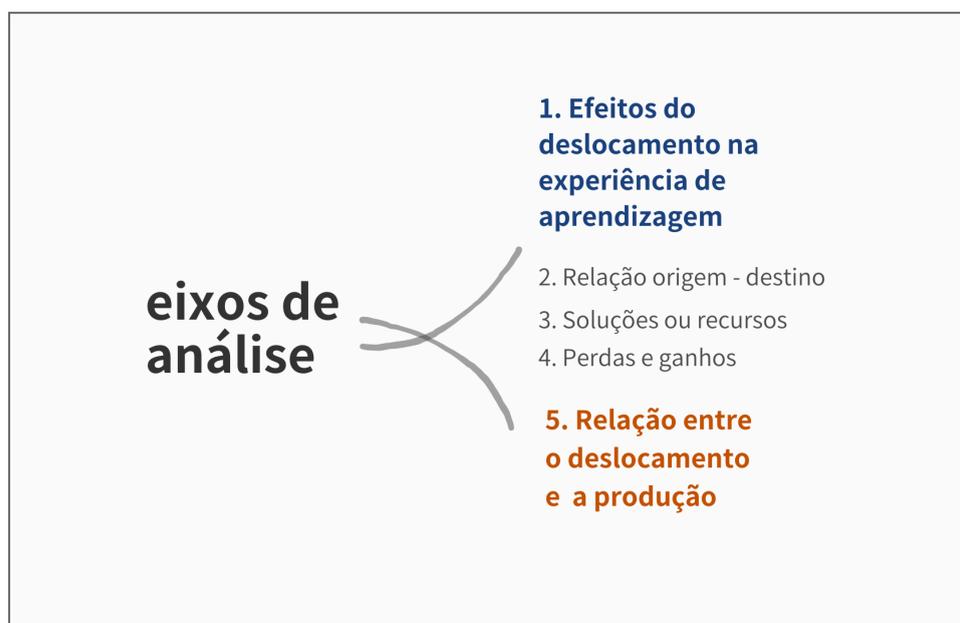
O primeiro ponto importante é o destaque que o fator deslocamento apresentou durante essa etapa de pesquisa. O deslocamento, na qualidade de um entrelugar, o trânsito, e não apenas como o impacto gerado pela mudança entre os territórios de origem e destino, vivenciada durante os estudos. Tal realidade aparece como um reconhecimento, por parte desses estudantes, da condição de trânsito como situação ainda recorrente, por exemplo, ao caminhar pelo bairro, ao ir à universidade, no retorno periódico para a sua cidade de origem, na vivência cotidiana entre e com os lugares.

Diante dessa percepção, o segundo ponto interessante a ser destacado é a transformação dessa movência, inerente à rotina, em recurso metodológico, elaborada por cada estudante de modo particular, de acordo com cada contexto. Um atravessamento que impacta a sua experiência educacional, sua produção acadêmica, e sua vida em diversas instâncias.

Pôde-se perceber também nas conversas mediadas, dois fatores de grande importância: a rotina – a partir da perspectiva da qualidade de vida, em pequenos processos diários, em como se reconhecer e se organizar nesse novo lugar –, e os laços afetivos – considerando-se a qualidade e o tempo das relações. Nesse caso, se o estudante, ao migrar, já contava com uma rede de apoio no lugar de destino, essa condição já lhe permitia atenuar alguns processos de adaptação.

Dentre os cinco questionamentos direcionadores das entrevistas, têm-se na presente reflexão a análise mais detalhada de dois deles, uma vez que possibilitam uma percepção mais ampla sobre o tema em estudo. São

eles: a relação entre o deslocamento e a experiência de aprendizagem, e entre o deslocamento e a produção desses estudantes. Tendo em vista que a questão levantada em campo sobre a relação com os territórios de origem e destino têm caráter contextual para situar cada escuta, e a questão sobre as dores e delícias da condição de estudante migrante, assim como a questão que trata dos recursos e soluções encontrados pelos estudantes para atenderem às suas demandas, serão aplicadas nos desdobramentos futuros da presente pesquisa. Estas pontuações possuem caráter prático para o desenvolvimento colaborativo de soluções que visem o aprimoramento do serviço educacional de pós-graduação para que este atenda às demandas levantadas. Para isso, porém, será necessária posteriormente uma escuta ampliada envolvendo também as outras pessoas que compõem a comunidade acadêmica, além dos estudantes. Traremos aqui, portanto, apenas alguns destaques relevantes de tais questões compartilhadas para contextualizar e compor o estudo.



Fonte: diagrama sobre os eixos de análise, elaborado pela autora (2024).

De modo abrangente, os efeitos do deslocamento na aprendizagem compreendem, por um lado, as faltas, e, por outro, as novas possibilidades. Foram relatadas muitas faltas provocadas pelo deslocamento, a exemplo da ausência do que é familiar, do que se deseja, de um amor que ficou, da comida da região, do lugar favorito, da possibilidade de reencontros em curto espaço-tempo dentre outras, mas, também foram muitos os relatos sobre a abertura de novas possibilidades que só foram possíveis por conta do deslocamento. Isso envolve tanto oportunidades de transformação pessoal quanto da própria experiência de estudo e pesquisa.

Efeito do deslocamento em minha  
experiência na pós-graduação?  
Eu não estaria nem na pós se  
não tivesse me deslocado.

Natalia. G, 2023.

#### 4.3.1 Deslocamento e experiência de aprendizagem

Ao analisar o primeiro questionamento-base, que reflete sobre os efeitos do deslocamento na experiência de aprendizagem desses pós-graduandos, as contribuições foram organizadas aqui em três eixos relevantes, conforme demonstra o esquema abaixo:

##### Efeitos estruturais do deslocamento

Consiste nos efeitos referentes à estrutura básica, como: alimentação, moradia, mobilidade e lazer. Condições para organizar sua qualidade de vida e rotina, a partir da vivência dos lugares (da cidade, do bairro, da habitação e da universidade) e das relações, enquanto recursos de acolhimento e pertencimento, por exemplo:

- suporte ao estudante;
- relação com a comunidade acadêmica;
- acesso às instalações e serviços da universidade;
- viabilidade financeira;
- qualidade de tempo-espaço para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- acesso e qualidade dos deslocamentos cotidianos.

##### Efeitos emocionais do deslocamento

Referentes aos impactos emocionais provocados tanto pela mudança inicial para viabilizar os estudos, como também pelo processo de adaptação e integração nesse corpo em deslocamento nesse novo momento de vida, lugares e relações, por meio da elaboração dessa experiência que envolve,

inclusive, a dinâmica de revisitação da cidade de origem, bem como as recordações e conflitos implicados nessa dinâmica, por exemplo:

- sensação de não pertencimento e dificuldade de adaptação no novo território (os impactos variam conforme o motivo do deslocamento e o suporte que recebeu);
- estar diante do desconhecido e confrontação das expectativas;
- falta do que é familiar e/ou desejado (laços afetivos, rotina, comida regional etc.);
- elaboração da sensação de solidão devido ao tempo necessário para a construção de novos laços (fator que depende da existência prévia de rede de apoio no lugar de destino e que foi agravado pelo contexto de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19);
- conflito entre o retorno ao lugar de origem, ora como refúgio, ora como conflito e cerceamento da vivência de sua singularidade;
- ausência ou proximidade do mar enquanto fator relevante para a saúde mental.

#### Recursos e metodologias do deslocamento

Trata-se da criação de caminhos metodológicos para viabilizar a experiência educacional e de vida a partir do cruzamento entre o deslocamento, seus corpos, seus valores e recursos, por exemplo:

- a descoberta de novas possibilidades, oportunidades e ampliação do repertório;
- modos diversos de conceber a própria condição de migrante e a dinâmica frequente de trânsito, que envolvem desde aspectos políticos e sócio-culturais até percepções a partir de vivências e crenças pessoais;

- reconhecer a permanência do deslocamento e assumi-lo enquanto recurso metodológico em suas pesquisas e vidas, transformando esse movimento em ferramenta e recurso;

Dentro dessa compreensão de uma condição de constante trânsito, percebeu-se uma atenção para o entre fronteiras e para uma percepção do deslocamento como parte importante dos processos criativos e de vida, transformando o que poderia ser uma condicionante em um componente ativo que participa das análises, debates, escritas, criações, da modelagem desses modos de ser e existir e de tudo o que é produzido dentro e fora da universidade. Como exemplifica Iara Sales, uma das estudantes participantes deste diálogo: “Mas agora, com a maturidade, totalmente consciente, eu me aproveito desse deslocamento, me aproveito desse trânsito, dessas fronteiras, não só territoriais mas também fronteiras afetivas, fronteiras mais diversas (fronteiras entre diferentes saberes)”.

Sim, (há relação entre deslocamento e produção) uma vez que o meu corpo e minhas vivências fazem parte das discussões.

Wilton de Oliveira

#### 4.3.2 Deslocamento e produção

Outro questionamento base das entrevistas que permite uma análise ampliada é a possível relação entre os deslocamentos e as produções desses estudantes. Vale ressaltar que, apesar da estruturação da conversa mediada em eixos, para melhor compreensão os pontos de análise aqui dispostos são vivenciados de modo integrado.

Ao relatarem suas experiências produtivas, atentando para como estas estão relacionadas com o deslocamento de seu território de origem, a fim de cursarem a pós-graduação, os estudantes novamente ampliaram a percepção da conversa para um deslocamento que participa desse processo produtivo cotidianamente.

Faz-se necessário destacar alguns pontos em comum relatados, como:

- os corpos que se deslocam ou são deslocados são percebidos como parte das vivências e discussões, a partir de suas histórias, percepções de mundo e recursos, considerando diferentes deslocamentos e diferentes corpos;
- a importância dos deslocamentos ancestrais que ainda hoje influenciam na permanência no mundo e em seus deslocamentos;
- a consciência dos contextos sociopolíticos desses corpos deslocados e em deslocamento, considerando-se os jogos de poder presentes nos espaços onde transitam e as fricções e debates que participam;
- as convocações temáticas suscitadas pelos territórios, por novas experiências e conexões e o impacto disso nas escolhas de pesquisa: tema, técnica de produção, linguagem, referências, parcerias, onde a obra se apresenta etc.;
- as fissuras entre fronteiras não apenas territoriais, como também afetivas, entre diferentes saberes e entre o próprio processo de ensino-aprendizagem, revisto diante da situação pandêmica e bem

pontuado por Rafael Amorim ao destacar a necessidade de “pensar uma aprendizagem descentralizada”;

- a relação com os lugares criativos, esse corpo, casa, quarto, parede, rua, instalações da universidade ou beira-mar, com o processo produtivo;
- ao considerar os deslocamentos cotidianos e as viagens enquanto “procedimentos de leitura e escrita” e, portanto, “ferramentas metodológicas para produzir arte e pesquisa”, como explica Mateus de Simone. Apesar de todos os estudantes relatarem essa participação do deslocamento na produção, os meios de articular essa metodologia de um pensar e fazer no e com o trânsito aparece de diferentes maneiras por emergirem de diferentes contextos. Ao discorrer mais especificamente sobre sua metodologia, Mateus explica: “quando estabeleço que o deslocamento é, então, meu procedimento de leitura e escrita das cidades-publicações pelas quais caminho, vejo meu corpo como um marca-texto”.

Seja na experiência de aprendizagem ou na produção de arte e pesquisa, o deslocamento aparece nos relatos como um fator que não apenas impacta a vida desses estudantes como também a compõem. O que aflora do cruzamento entre ancestralidade, momento de vida é o deslocamento, por meio de um olhar cotidiano e político. Um deslocamento como fuga, como imposição ou como desejo e enquanto metodologia para deslocar também o ensino – aprendizagem e o modo de fazer pesquisa.

O deslocamento mostrou-se um fator importante na experiência de aprendizagem e na produção acadêmica desses estudantes, ora de modo coletivo, aproximando-os por necessidades semelhantes, e ora como fruto do cruzamento tempo-lugar, entre a necessidade de se deslocar e o momento de vida deles de modo particular. Um relato importante é o caso de uma das

estudantes que tornou-se mãe durante o seu mestrado e precisou mudar da condição de grande aproximação com o seu filho, possibilitada pelo tempo de isolamento social, exigido pela pandemia de Covid-19, para a condição de distanciamento por conta do retorno das atividades acadêmicas do modo online para o modo presencial, o que significaria mudar de cidade sem que a mudança pudesse acontecer naquele período, juntamente com seu filho e o seu companheiro:

Percebi que esse matinar à distância me aflorava coisas, sentimentos, reflexões... mais uma vez esse deslocamento entre essas mesmas cidades, agora em um outro contexto, já mãe, nesse momento o que me chama a atenção é essa ausência, essa distância, ausente de quem? Ausente de mim... (lara Sales)

É interessante perceber um movimento que se alterna entre a singularidade das necessidades e uma identificação coletiva por meio da força alcançada com produções movidas por demandas legítimas e que encontram realidades semelhantes como seus leitores e pares. Foi o caso de um dos desdobramentos do trabalho dessa estudante e pesquisadora que, dentre outros projetos, iniciou uma residência artística para mães artistas que se desdobrou em uma exposição virtual por meio de fotografias e vídeo performances e depois culminou na fundação do Coletivo Mãe Artista.<sup>5</sup>

Além disso, a artista e pesquisadora vinha desenvolvendo um projeto a partir de notas e registros pessoais de sua experiência cotidiana de maternagem entre o caos e o cuidado, denominada de *O diário da ausência distância*. Um dos desdobramentos desse trabalho foi uma publicação durante a disciplina Tópicos Especiais: O Avesso da Página e após ela, composto por quatro volumes denominados de *Umbigo*, *Garatuja*, *Soterrada* e *cancelada ou*

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/mae.artista/>.

*invisibilizada*, contendo, por exemplo, atividades manuais realizadas com seu filho, notas pessoais e registros de momentos de maternagem cobertos por uma camada transparente contendo faixas de fita crepe, que ao sobrepor a foto, cobrem os seus olhos e tensionam e questionam essa condição de ausência e presença física.

Outros exemplos de produções desses pesquisadores e pesquisadoras que colaboraram com este estudo demonstram a relação com o lugar e com o trânsito como componentes de seus trabalhos, bem como nas escolhas vinculadas aos seus projetos, por exemplo, na temática, nas técnicas produtivas e na linguagens. Diante de conversas distantes, mediadas por telas e ao mesmo tempo tão generosas e íntimas e da aproximação com pesquisas e produções artísticas brilhantes e necessárias, parece difícil agrupá-las em uma breve análise. Cada uma delas é uma experiência profunda e movente.



*O diário da ausência distância,*  
2023, Iara Sales.  
Fonte: Acervo da artista.

### O relato de uma pesquisadora em deslocamento

A presente pesquisa sofreu várias mudanças, percorreu vários caminhos e encontrou o tema, tempo e lugar(es) que a tem construído. Ela também me atravessa enquanto pesquisadora migrante, designer e artista movida e movente, em meio aos constantes deslocamentos cotidianos.

Durante o mestrado, tive a oportunidade de participar do componente curricular Tópicos Especiais: O Averso da Página, em 2022, ministrado pelas professoras doutoras Lia Krucken e Inês Linke, e compartilhado com uma

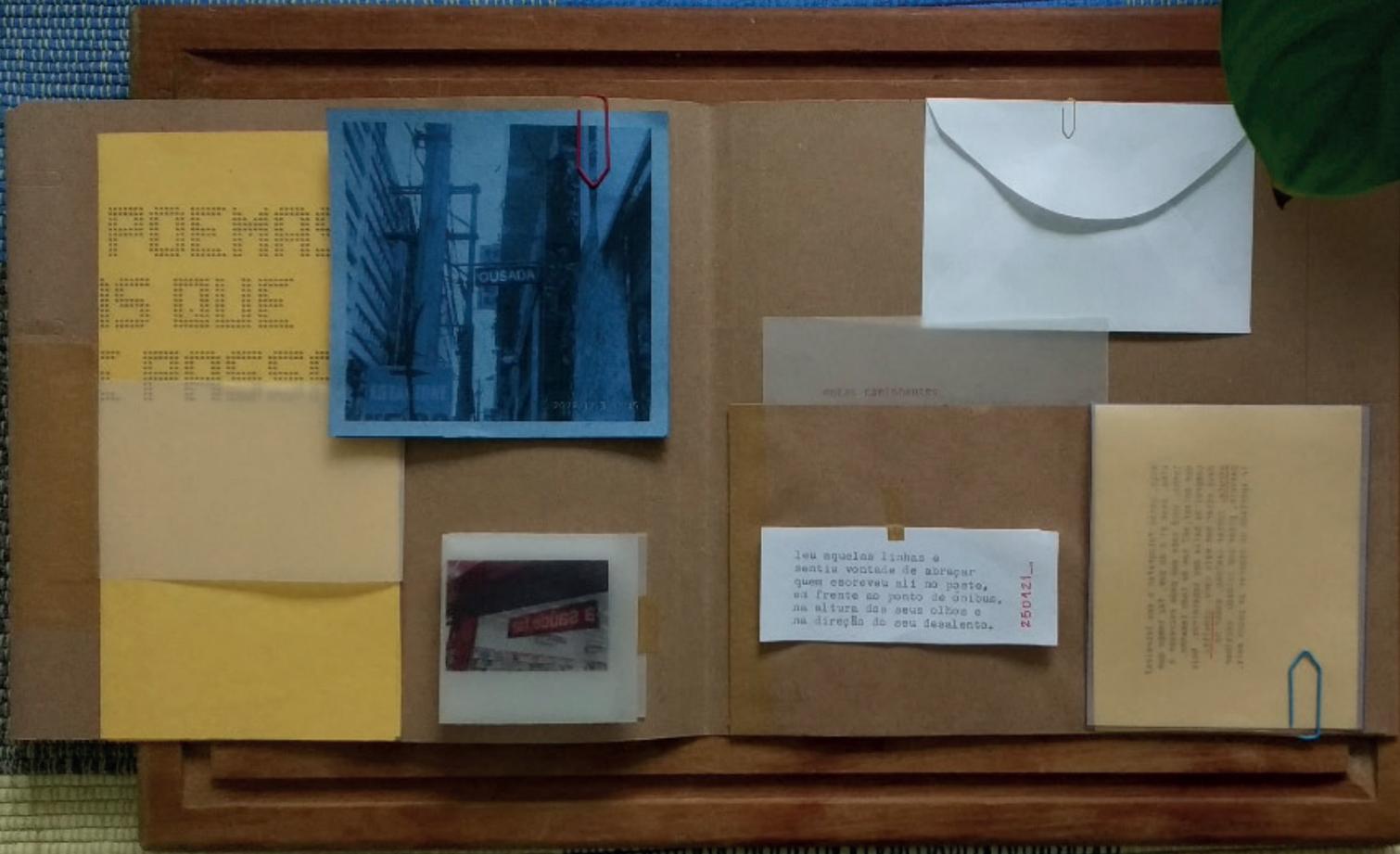
turma singular de colegas pesquisadores. Foi uma experiência de ensino-aprendizagem colaborativa que permitiu o atravessamento de nossas vivências com a proposta de ampliação da compreensão do que seria um “livro de artista” ou, de modo mais ampliado, uma publicação de artista.

O tema deslocamento estava sempre presente nos relatos e trabalhos compartilhados pelos colegas e por mim, sobretudo diante das restrições de mobilidade e possibilidade dessas interações durante a pandemia de Covid-19. O meu trânsito entre as cidades de Jacobina e Salvador, além de tantos outros percursos cotidianos, em bibliotecas, casas de parentes (onde morei “de favor”), estações de transporte, ruas, barracas de lanche, praças, telas e salas de aula, permearam a minha pesquisa e se materializaram no projeto final dessa disciplina.

Iniciei aceitando despretensiosamente todos os papéis que me ofereciam diariamente por onde passava e desse exercício saíram algumas propostas, das quais selecionei duas para serem desenvolvidas: *Notas Caminhantes* e *Poemas que Passam*. A primeira proposta foi construída a partir de registros de placas, avisos e sinalizações que foram deslocados do seu lugar de origem e, portanto, tendo o seu sentido original modificado, e a segunda proposta foi desenvolvida a partir de registros de letreiros luminosos que cruzaram o meu caminho. As fotografias foram realizadas com o celular e no espaço-tempo em que eram percebidas por mim durante os percursos cotidianos.

A publicação resultante reúne em uma pasta de arquivo essas palavras e registros percebidos, movidos e modificados enquanto eu também me movia e era movida ao longo do percurso acadêmico, nas possibilidades e faltas, pelas potências e limitações percebidas em trânsito.



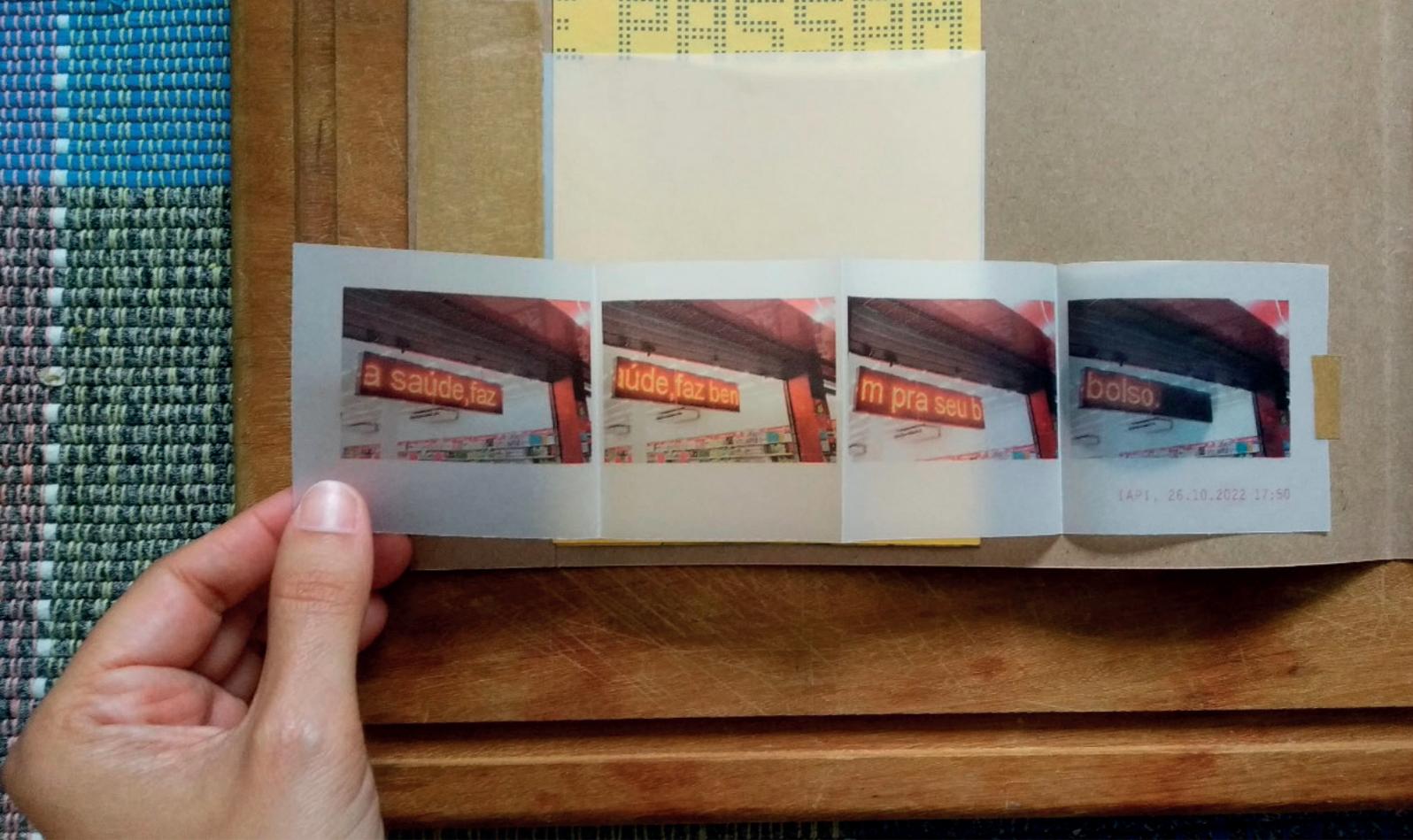




notas camí

a pegada nunca é a mesma.

Sentiu as linhas e  
quem vontade de  
em frente ao  
na altura ao  
na dire



Notas Caminhantes e Poemas que Passam-  
Publicações da pesquisadora, projeto  
desenvolvido na disciplina Seminário sobre  
Temas Selecionados: o Averso da Página, em  
2022. Este trabalho é fruto de uma costura  
entre o aprendizado em sala de aula e em  
trânsito, através de um modo de fazer pesquisa  
colaborativo e em deslocamento.

Registros da continuidade do projeto, agora na  
cidade de Curitiba (2023).  
Fonte: Acervo da autora.

## Capítulo 5 |

Apontando caminhos para um  
projeto de design lugarizado

O caminho pelo qual o design tem passado nas últimas décadas em direção a humanizar as práticas do design – pensar a ergonomia e a usabilidade dos projetos, as influências e impactos socioeconômicos, políticos e ambientais, de suas ações nas diversas áreas de atuação – tem contribuído, não sem muito esforço, para uma formação e uma atuação profissional mais consciente dos desafios e potencialidades, ligados a essa área de conhecimento e sua transversalidade, diante do impacto gerado pelo design a nível local/ global.

Na presente pesquisa destacou-se aspectos importantes nesse processo de transformação no campo do design, como a ampliação do foco projetual em direção a problemas complexos e de natureza sistêmica, à socialização da atividade projetual através de metodologias colaborativas e a de(s)colonização do design em um compromisso de construir coletivamente ações transformadoras e emancipatórias. A presente pesquisa se propôs a colaborar com os debates já existentes e contribuir com esse processo de melhoramentos, revisões e resgates na área do design, a partir de um diálogo com o campo geográfico, para refletir sobre o vínculo existente entre humanizar e *lugarizar* o design na direção da busca por um bem-viver e um bem comum.

### 5.1 Análise e discussões

Vale ressaltar que a *lugaridade* nos conduz ao sentido de compartilhamento e trânsito, no espaço-entre o intensivo e o extensivo possibilitando a compreensão do lugar a partir da alteridade. A *lugaridade* nos fala de pensar o lugar a partir das emergências e da interação entre espaços, lugares e entes em ato, não restringindo essa interação a entes humanos. Também é dinâmica e se caracteriza por tornar-se presente em um acontecimento constante (Marandola, 2020). Em *Cartas para o Bem Viver*, Ailton Krenak inicia sua carta destinando-a para “quem acredita que o modo como vivemos e o mundo onde

vivemos é recriado a toda hora”. E frisa que para além da nossa capacidade de descrever a vida, pretende ali “falar da vida como um evento que acontece de dentro de tudo, o tempo todo” (KRENAK, 2020, p. 20).

A *lugaridade* fala desse acontecer de dentro de tudo o tempo todo que compõe a vida. Diante disso, não seria razoável tentar elaborar aqui um modelo de projeto lugarizado a ser seguido, afinal, um projeto dessa natureza acontece juntamente com as interações que convoca em relações entes-lugares, de modo que é impossível prevêê-las. No entanto, o design já dispõe de diversas abordagens colaborativas, algumas já tratadas nesse estudo (como o design de serviços, o *design thinking* e o design participativo), e de muitas ferramentas de mediação e interação que amparam esses processos e que podem ser utilizadas como ponto de partida para o desenvolvimento de soluções através do design, tendo no caso aqui proposto, agregado a esse fazer colaborativo, uma perspectiva ampliada e construída a partir da *geograficidade* e da *lugaridade*.

Vale ressaltar que esses recursos metodológicos existentes no design também não são suficientes. Se podemos pontuar algo importante nesse diálogo que temos construído aqui entre design e *lugaridade* é que o processo do projeto nessa perspectiva não encontra a melhor maneira de se organizar e atuar a não ser aprendendo novas formas de fazer pesquisa e fazer design a partir da escuta de diversas perspectivas e vivências e do envolvimento em cada contexto específico. Há que se adaptar, descobrir ou construir novas ferramentas e metodologias quando necessário.

Isso corrobora com a fala de um dos estudantes e pesquisadores que colaboraram neste estudo. Ao discorrer sobre os recursos encontrados no caminho, para lidar com sua condição de pós-graduando migrante, o mesmo compartilhou a importância de sua imersão em sala de aula enquanto professor ao cursar a disciplina de Tirocínio Docente, durante o mestrado e

suas elaborações e tentativas de comunicar o seu trabalho de pesquisa, estando atento à realidade socioeconômica dos seus alunos, sua rotina e seus deslocamentos:

A transformação coletiva é o nosso desafio e tentar des-hierarquizar esse lugar (a sala de aula) também é um desafio. [...] a gente vai tentando reconhecer as ferramentas na própria experiência. Estar em sala de aula como docente foi um modo de ter ferramentas suficientes, comunicar a minha pesquisa, comunicar o meu processo, entender para quem eu estou falando, para quem eu estou escrevendo, com quem eu estou escrevendo [...] como eu vou comunicar um processo artístico de reencantamento do cotidiano se esse cotidiano é cheio de fissuras? Eu acho que foi importante para entender que as ferramentas eram coletivas sempre. Eu precisava jogar de maneira honesta, precisava assumir que não estava falando de uma romantização da universidade, da cidade, do deslocamento, mas entender que para além de todas essas coisas, para além de todas essas fissuras, nós poderíamos ser agentes transformadores de como o pensamento chega dentro da universidade, acho que é esse o caminho que vou perseguindo. (Rafael Amorim)

Diante disso, vale destacar a necessidade desse compromisso em des-hierarquizar além da sala de aula, atividade projetual e a relação humano-terra, entendendo serem esses grandes desafios. Tem-se aqui um relato responsável e cuidadoso em busca de uma comunicação coerente e honesta, de conhecer as pessoas com quem interage e que reconhece as ferramentas na própria experiência coletiva vivenciada.

#### Efeitos do deslocamento na experiência educacional de pós-graduandos

A escuta dos Estudantes de pós-graduação do PPGAV-UFBA permitiu uma análise ampla a respeito dos efeitos do deslocamento na experiência educacional deles e também em sua produção acadêmica. Inicialmente, esperava-se investigar aspectos importantes dessa mudança de território e

lugar provocada pelo deslocamento da sua cidade de origem para Salvador, cidade onde está situado o programa de mestrado do qual fazem parte.

Pôde-se perceber que a conversa foi ampliada para deslocamentos que aconteceram em outros momentos de vida dessas pessoas, ou mesmo por seus familiares e da condição de trânsito ainda presente cotidianamente em suas rotinas. Logo, o foco da pesquisa migrou da relação com o lugar de destino para a condição de entre-lugar, constantemente vivenciada. “A gente caminha entre, caminha entre territórios, territórios de várias pessoas, territórios de outras ordens” (Natália. G.). Chamou a atenção também a forma que essas pessoas encontraram de desenvolver metodologias próprias para suas vivências, a partir de seus deslocamentos e que foram traduzidas em suas produções artísticas e acadêmicas.



Fonte: diagrama geral sobre a análise dos resultados, elaborado pela autora (2024).

Os relatos demonstraram um olhar crítico em uma mistura de aprendizado e protagonismo a partir da percepção do deslocamento enquanto recurso metodológico que interfere na percepção dos percursos vivenciados, das diferentes “linhas do horizonte” e da tentativa de um “reencantamento do

cotidiano” a partir de sua singularidade e, sobretudo, de um olhar coletivo, ancestral e político sobre quem é o corpo que se desloca e qual a qualidade desse deslocamento:

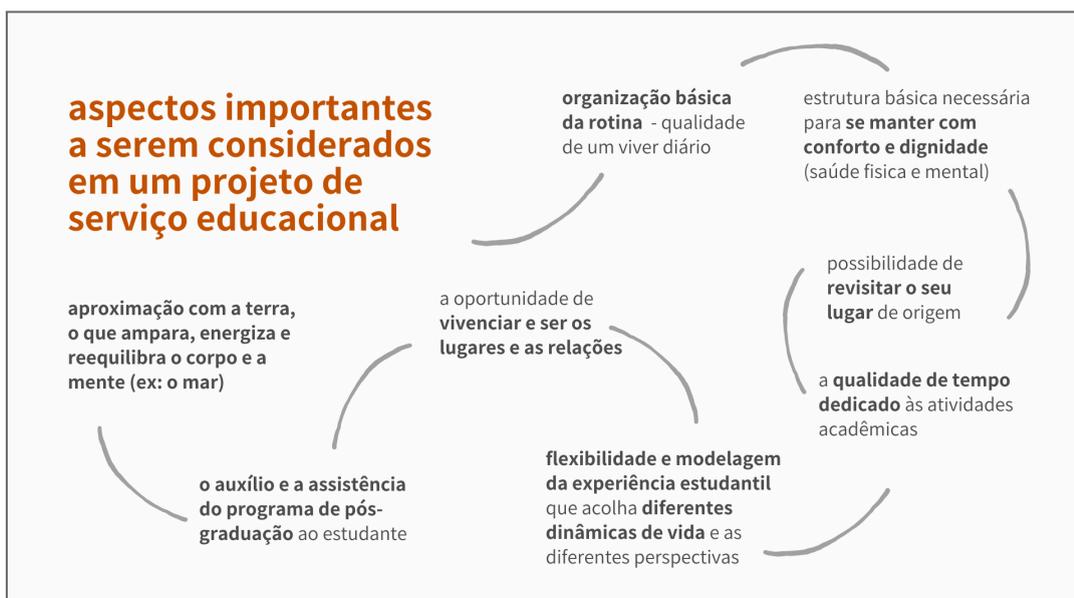
O que tem nas nossas Linhas do Horizonte quando a gente se desloca hoje? De pensar que a ideia de Linha do Horizonte também é uma ficção, porque durante muito tempo a minha Linha do Horizonte no Rio de Janeiro, eram os prédios, as montanhas e vales, para outras pessoas a Linha do Horizonte é outra coisa. [...] Pensando como o deslocamento impacta as visões de mundo particulares para cada pessoa e como ele está implicado na nossa qualidade de vida. Por isso eu falo da respiração do deslocamento, porque é o básico pensar como se respira em trânsito ou qual é a qualidade dessa respiração, a qualidade desse deslocamento. (Rafael Amorim)

Falar da respiração do deslocamento é falar de ritmo, de acesso, de afetação mútua. Pensar o sentido de lugar, a qualidade do deslocamento e as diferentes linhas do horizonte em meio a esse trânsito é pensar na relação essencial humano terra e no lugar como emergência.

Ainda que as histórias, perspectivas e recursos sejam singulares, o cruzamento dessas conversas resultou na aproximação de demandas comuns a esses estudantes migrantes e que aqui serão colocadas como possíveis caminhos a serem consideradas em um projeto de serviço educacional de pós-graduação que contempla de modo cuidadoso esses estudantes. Alguns desses aspectos importantes, são:

- a organização básica da rotina enquanto qualidade de vida;
- a oportunidade de vivenciar e ser os lugares (cidade, bairro, habitação, universidade) e as relações;
- a oportunidade para desenvolver vínculos afetivos profundos e uma rede de apoio (a comunidade acadêmica pode ser um bom começo para isso);

- a possibilidade de visitar seu lugar de origem e o que nele é importante, familiar e identitário;
- a qualidade de tempo dedicado às atividades acadêmicas;
- o acesso à estrutura básica necessária para se manter com conforto e dignidade no lugar de destino, incluindo alimentação, transporte, lazer, habitação, saúde física e mental.
- o auxílio do programa de pós-graduação ao estudante, sobretudo em seu processo de adaptação e reconhecimento dos procedimentos e requisitos acadêmicos;
- escuta e assistência ao aluno visando o atendimento de demandas específicas relacionadas à sua individualidade ou momento de vida, bem como mediação para acesso aos serviços específicos demandados;
- flexibilidade e modelagem da experiência estudantil a partir do diálogo em sala de aula e de metodologias que acolham diferentes dinâmicas de vida e as diferentes perspectivas desses estudantes.
- aproximação com o que é vivo da terra, que ampara, energiza e reequilibra o corpo e a mente, no caso deste estudo, o *mar*.



Fonte: diagrama 01 - considerações finais, elaborado pela autora (2024).

Em diversos relatos o mar aparece nas relações como um ente de extrema importância, inclusive na escolha do lugar de destino, na permanência do estudante e em uma proximidade que implicava diretamente na qualidade de vida. Em um dos relatos, Rafael descreve um dos períodos que vivenciou em Salvador, em que destaca a importância desse vínculo:

Quando eu cheguei em Salvador eu passei um tempo na Ribeira. Sair da EBA (Escola de Belas Artes), no Canela, às cinco da tarde todos os dias, pegar um ônibus, e quando o ônibus virasse ali no Campo Grande, eu sabia que eu ia encontrar o mar. Eu sabia que eu ia ter essa paisagem ali todos os dias, e onde quer que eu fosse em Salvador eu estava muito mais próximo do mar do que na minha experiência no Rio de Janeiro. (Rafael Amorim)

Em meio ao desafio de cursar o mestrado, em um período pandêmico, ora com restrições de trânsito, ora em constantes deslocamentos, tomei nota de uma aula no componente curricular Alteridade, Território e Lugar, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET-UNEB), que me atravessou. A professora Jamille Payayá, em suas explanações sempre profundas e poéticas, compartilhou que o início pode ser uma semente ou um galho; a raiz não é o início, é a força necessária para vencer a gravidade. Ao ouvi-la, a palavra *gravidade* se apresentou a mim mais do que como uma força gravitacional enfrentada por uma planta ao crescer firme, antes, a gravidade reverberou naquele momento como a qualidade do que é grave.

Isso me leva ao delineamento da entrega final desta pesquisa que foi sendo modelada ao longo do seu percurso. Em meio às contribuições das literaturas consultadas e todas as outras escutas compartilhadas nas entrevistas e captadas ao transitar e vivenciar os deslocamentos enquanto estudante migrante de pós-graduação. Percebi que nutrir a raiz, o vínculo com

a terra e compreender as relações e os lugares a partir das *lugaridades* podem nos ajudar a desenvolver projetos de design capazes de vencer a gravidade.

Entrego aqui, portanto, algumas notas para a construção de caminhos em direção a um projeto de design *lugarizado*, pensado para o cuidado com a experiência de aprendizagem de estudantes migrantes de pós-graduação, a partir das escutas cruzadas tecidas com os alunos do PPGAV-UFBA. Uma escrita aberta porque cada projeto tem sua raiz, seu vínculo e modo de acontecer, afinal, raiz não é rigidez – o que me lembra outra nota de percurso, esta, encontrada em um ímã de geladeira de uma casa que visitei logo após a minha mudança de salvador para Curitiba, ainda com o mestrado em curso, que dizia: “Migramos con nuestras raíces”.

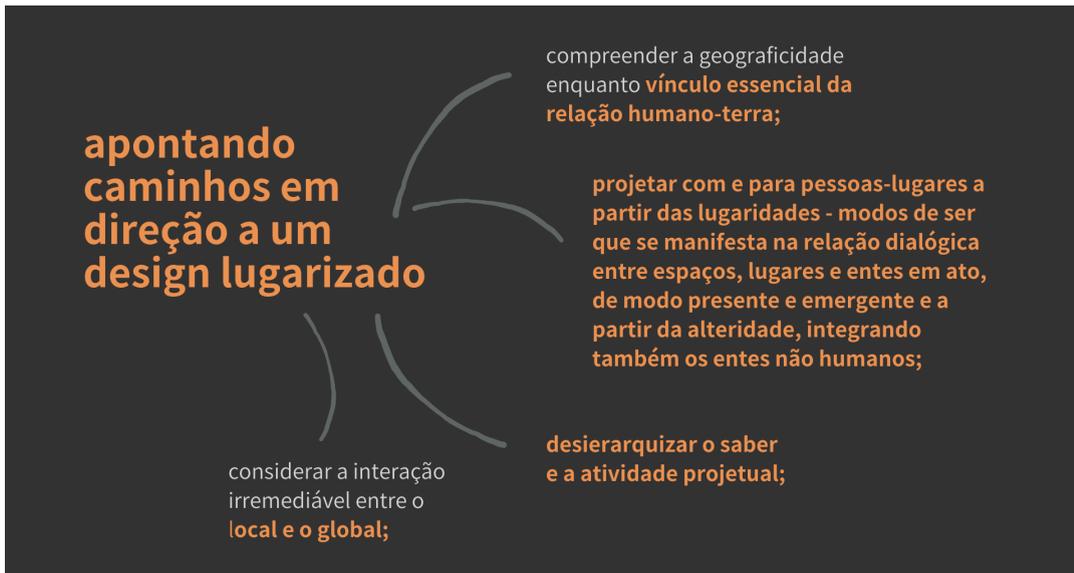
## 5.2| Considerações Finais

### **Notas para a construção de caminhos em direção a um design lugarizado**

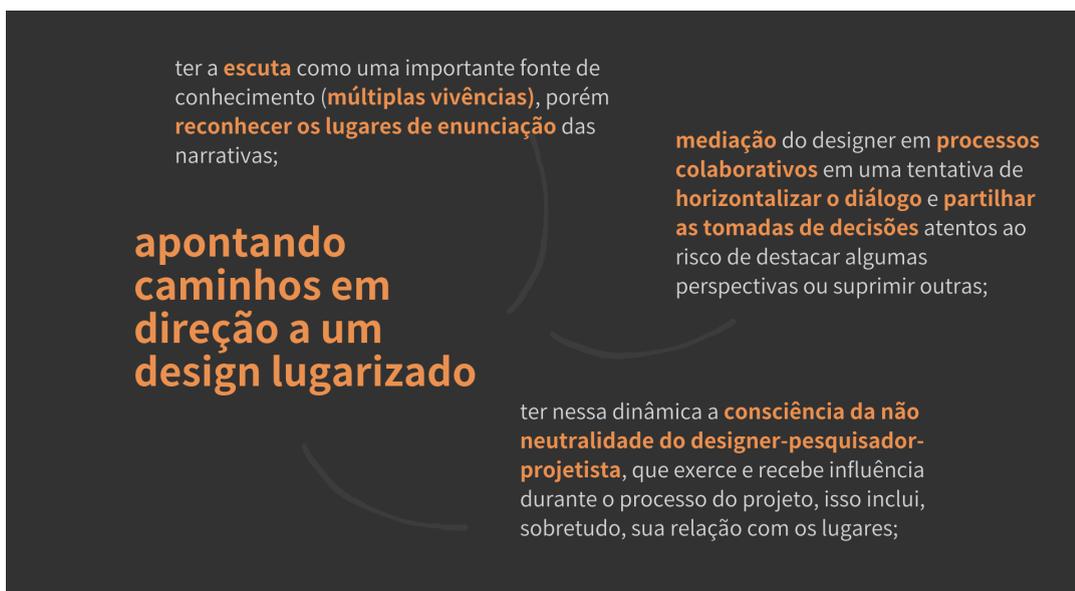
Escutar as literaturas, as orientações, as conversas com os estudantes-pesquisadores do PPGAV-UFBA e seus trabalhos, escutar o que essa pesquisa e o meu próprio percurso enquanto migrante construíram nessa confluência, possibilitaram deixar aqui uma breve contribuição através de notas que possam colaborar na construção de caminhos em direção a pensamentos e práticas de design lugarizados, são elas:

- compreender a *geograficidade* enquanto vínculo vital, indispensável da relação humano-terra, em contraponto a uma relação dicotômica, descompromissada e desconectada;
- projetar com e para pessoas-lugares a partir das *lugaridades*, dos modos de ser que se manifesta na relação dialógica entre espaços, lugares e entes em ato, de modo presente e emergente e a partir da alteridade, integrando também os entes não humanos;

- considerar a interação irremediável entre o local e o global;
- desierarquizar o saber e a atividade projetual;
- ter a escuta como uma importante fonte de conhecimento nutrida por múltiplas vivências, porém reconhecer os lugares de enunciação das narrativas, a disposição de mediação do designer em processos colaborativos em uma tentativa de horizontalizar o diálogo e partilhar as tomadas de decisões atentos ao risco de destacar algumas perspectivas ou suprimir outras.
- ter nessa dinâmica a consciência da não neutralidade do designer-pesquisador-projetista, que exerce e recebe influência durante o processo do projeto, e como frisado no presente debate, isso inclui, sobretudo, sua relação com os lugares.
- entender a intuição e a experimentação como formas de inteligência no campo da experiência, a partir de uma “coragem metodológica”, de metodologias que transformam, de outras medidas de tempo e da criação de ferramentas coletivas.
- entender que a compreensão de um sentido de lugar que vá além da extensividade e da localização geométrica formal construída a partir da *geograficidade* e da *lugaridade* envolvem a questão da linguagem;
- por fim, reconhecer que o “campo” não vem por último como validação, antes, é a construção de um lugar para soluções eficientes, é onde a vida acontece, por isso o projeto é constituído de escuta e de elaborações colaborativas e deve ser modelado a partir das vivências, inclusive no que diz respeito à identificação do problema central motivador do próprio projeto. Pode-se organizar por meio de abordagens participativas do design e de ferramentas que possibilitem interação e visualização, mas é também um convite à presença e à revisão constante de processos, recursos e objetivos a partir do que emerge das relações e negociações que cada contexto demanda.



Fonte: diagrama 02 - considerações finais, elaborado pela autora (2024).



Fonte: diagrama 03 - considerações finais, elaborado pela autora (2024).

## apontando caminhos em direção a um design lugarizado

entender a **intuição** e a **experimentação** como formas de **inteligência no campo da experiência**, a partir de uma **“coragem metodológica”** de outras medidas de tempo e da criação de **ferramentas coletivas**;

reconhecer que o “campo” é a **construção de um lugar para soluções eficientes**, é onde a vida acontece, por isso o projeto é constituído de escuta e de elaborações colaborativas e deve ser modelado a partir das **vivências**, inclusive no que diz respeito à **identificação do problema** central motivador do próprio projeto;

pode-se organizar por meio de **abordagens participativas** do design e de ferramentas que possibilitem **interação e visualização**, mas é também um convite à presença e à **revisão constante de processos, recursos e objetivos a partir do que emerge das relações** e negociações que cada contexto demanda;

Fonte: diagrama 04 - considerações finais, elaborado pela autora (2024).

Construir caminhos para um design lugarizado é entender a partir das escutas cruzadas com esses artistas, pesquisadores e estudantes migrantes, através de suas histórias e saberes que: “perder o chão” é muito mais do que uma mudança de localização geográfica, que as ruas podem participar da escolha de um percurso da pesquisa, através de uma carranca encontrada no chão, ou de pensar a cidade a partir do acolhimento ao presenciar uma atitude de amparo a uma senhora, por parte dos vendedores ambulantes, na Rua da Ajuda. É compreender a possibilidade de uma distância que paradoxalmente pode aproximar as relações familiares, mas também é reconhecer como um dor o tempo desse deslocamento, não só o tempo quantitativo mas “o tempo que a gente sente.” É também perceber a diversidade das relações, tendo cada lugar uma relação diferente, um corpo diferente, uma leitura diferente. É ter em Salvador um marco da própria consciência de branquitude. É ser apaixonada pela Bahia “de cabo a rabo.” É saber a diferença entre estar sozinho pela escolha de estar consigo e de estar sozinho forçado, é perceber que “o vazio ocupa muito espaço.” É aprender a “confiar no desconhecido,” “escutar o meio e o que tem de disponível e como fazer a vida possível.” É “trabalhar coletivamente preservando as singularidades, reconhecendo as

dinâmicas de poder que regem as estruturas sociais contemporâneas para que se possa pensar em insurgências, em consciência, em qualidade de vida, em vida.” É não querer a “metodologia da obsolescência,” mas a “metodologia da transformação.” Um “tempo metodológico,” uma “coragem metodológica” para lidar com outra medida de tempo, assumir que “não é o tempo do homem, não é o tempo masculino, não é o tempo do gênero, é o tempo da fluidez, da paisagem, é o tempo do mar na pedra, da comunhão.” É ter a sala de aula não como “lugar fábrica,” mas um “lugar compartilhamento,” que toca na generosidade de saber escutar com o corpo todo e plantar o desejo pelo processo. É saber que não estamos produzindo para tentar gerar um único resultado, é tentar criar ferramentas juntos, compartilhar trajetórias, nos deslocarmos juntos. “Deslocar sozinho cansa.”

A gente não é, a gente vem sendo. Vem sendo, se deslocando para si, com o outro, com os que já se moveram e nos movem ainda hoje, com a terra e sendo terra e nunca sem ela. A gente nunca é como éramos no instante anterior a uma partilha, ou depois de partir. Um grande amigo um dia disse que a gente se frequenta; hoje, eu diria a partir dessa pesquisa e de tantos encontros e atravessamentos, que a gente se frequenta e isso nos desloca.

## Referências:

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

ALMEIDA, Jasmin; KARI, Olívia, et al. **Design e Tecnologia Social: Construindo uma perspectiva decolonial**. In: SOUZA, Paulo. Design para Inovação Social: perspectivas metodológicas e casos relevantes. Salvador: Edufba, 2021. p. 127-158.

AMILTON J. V. Arruda (org). **Design e Inovação Social**. São Paulo: Blucher, 2017.

BATISTA, Carla; HERMANN, Adriano. **Design e Território: Uma discussão de valor**. Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade, Curitiba, p. 2021-2130, out. 2013.

BONSIEPE, Gui. **Design como prática de projeto**. São Paulo: Blucher, 2012.

BONSIEPE, Gui. **Design, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011.

BROWN, Tim. Definição de Design Thinking. IDEO. Disponível em: <<https://designthinking.ideo.com/>>. Acesso em 19 de janeiro de 2024.

BUCHANAN, R. **Wicked problems in Design Thinking**. Design Issues, v. 8, n. 2, p. 5–21, 1992.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HOLZER, Werther. **Sobre territórios e lugaridades**. Cidades, v. 10, n. 17, p. 18-29, 2013.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton; MAIA, Bruno. (Org.) **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Rio de Janeiro: Cultura do Bem Viver/Escola Parque, 2020. E-book (36 p.). ISBN 978-65-00-13561-6. Disponível em: <http://www.culturadobemviver.org>. Acesso em: 25 fev. 2024.

KRENAK, Ailton. **De Ailton Krenak para quem quer cantar e dançar para o céu.** In: XUCURU-CARIRI, Rafael; COSTA, Suzane L. (Org.). Cartas para o bem viver. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café / paraLeLo13S, 2020. P. 20-22

KRUCKEN, Lia. **Competências para o design na sociedade contemporânea: Estudos Avançados em Design.** Caderno 2, 2008.

KRUCKEN, Lia. **Conexões criativas entre pessoas e lugares.** In: JEFERSON, Alfredo; FRANZATO. Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Blucher, 2017. p. 327-334.

KRUCKEN, Lia. **Design e território: valorização de identidades e produtos locais.** São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latinoamericanas. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Septiembre, 2005.

LEITE, A. E. **Território: espaços afetivos.** In MARINO, A.; CAMARGO, F.; SANTOS, T. Insurgências: arte, tecnologia e território. São Paulo: Centro Cultural São Mateus em Movimento, 2015.

MAGALHÃES, Aloísio. **O que o desenho industrial pode fazer pelo país?** Arcos, Rio de Janeiro, V. 01, p. 8-13, out. 1998.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento.** Modernidade, império e colonialidade. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 71-114, 2008.

MANZINI, E. Tradução: Carla Cipolla. **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais.** Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MARANDOLA JR, E. Entrevista sobre Geografia Humanista e Fenomenologia. **Canal Descomplicado:** 12 de nov. 2018. Entrevista concedida a Letícia Pádua. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=s\\_VgdIjSrYE&t=284s](https://www.youtube.com/watch?v=s_VgdIjSrYE&t=284s). Acesso em 22 de setembro de 2023.

MARANDOLA JR, E. Geograficidade, Essências Geográficas e Geografia humanista. **Canal Descomplicado:** 21 de nov. 2018. Entrevista concedida a Letícia Pádua. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JDLCEtgB9U&t=67s>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

MARANDOLA JR., Eduardo. **Lugar e lugaridade.** Mercator, v. 19, p. 1-12, 2020.

- MARTINS, Fernanda. **Letras que flutuam: territórios fluidos da Amazônia**. In: JEFERSON, Alfredo; FRANZATO. *Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 335-348.
- MARTINS, Fernanda. **Legar - O legado do artesanato e o nosso futuro comum**. In: PAOLIELLO, Carla; ALBINO, Cláudia. *Design e Artesanato 22 verbos - 22 autores*. Aveiro, Portugal: UA Editora, 2022 p. 283-298.
- MASSEY, Doreen B. **Um sentido global do lugar**. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 176-185.
- NORMAN, Donald A. **O Design do dia-a-dia**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. *GEOgraphia*, Niterói, v. 8, n. 16, p.37-56, 2006.
- QUARESMA, Manuela; BRITO, Lara; **O Design Centrado no Humano e Seus Desafios na Prática Profissional do UX Designer**, p. 193-210. In: *Metodologias de Campo: Perspectivas Interdisciplinares*. São Paulo: Blucher, 2022.
- REYES, Paulo. **Projeto por cenários: uma reflexão sobre projeto**. In: XIV Enanparq - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismos. Porto Alegre: Enanparq, 2016.
- SANTOS, Aguinaldo dos. **Seleção do método de pesquisa: guia para pós-graduandos em design e áreas afins**. Curitiba: Insight, 2018.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHNEIDER, Beat. **Design - uma introdução: o design no contexto social, cultural e econômico**. São Paulo: Editora Blucher, 2010.
- SOUZA, Paulo (org). **Design para Inovação Social: perspectivas metodológicas e casos relevantes**. Salvador: Edufba, 2021.
- STICKDORN, Marc et al. **Isto é design de serviço na prática: como aplicar o design de serviço no mundo real – Manual do praticante**. Porto Alegre: Bookman, 2020.
- XAKRIABÁ, Célia. **Amansar o giz**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020. Disponível em <https://piseagrama.org/artigos/amansar-o-giz>. Acesso em: 25 fev. 2024.